



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2020 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL VINTE

Acta nº 2/2020

Aprovada em 09/0102020

No dia vinte e nove de Junho de dois mil e vinte teve lugar na Antiga Igreja do Convento São Francisco a 2ª sessão ordinária de 2020, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Câmara

Grupos Políticos

2. **Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2019, apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
 - a) **Relatório de Gestão e Documentos;**
 - b) **Aplicação de resultados;**
 - c) **Inventário/Património Imóvel Municipal 2019;**
3. **Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2019, apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
 - a) **Relatório de Gestão e Documentos;**
 - b) **Aplicação de Resultados;**
4. **Concessão da parcela de terreno e de prédio urbano para reabilitação da Piscina Municipal de Celas e construção, concessão e exploração do Centro Desportivo Integrado de Celas/Contrapartida reabilitação do edificado do Campo Municipal da Arregaça, apreciação e votação, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;**
5. **Aquisição dos terrenos necessários à Construção do Estádio Municipal de Taveiro – “Herança de Isabel Maria de Castro Filipe Martins Norton”, apreciação e votação, nos termos da alínea p), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
6. **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências 2018 a 2021 – Alteração do valor da obra “Alargamento da Rua Senhor dos Aflitos em Rio de Galinhas – Almalaguês”, contratualizada com a Freguesia de Almalaguês, apreciação e votação, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
7. **Mapa de Pessoal 2020 – alteração, apreciação e votação, nos termos da alínea o), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
8. **Fixação de taxas dos bilhetes de ingresso no Centro de Arte Contemporânea de Coimbra, apreciação e votação, nos termos da alínea b), do nº 1, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, conjugada com os nºs 1 e 2, do artigo 20º, da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.**
9. **Projectos das actas nºs 4/2019 de 27/09/2019; nº 5 de 27/12/2019; nº 1 de 20/01/2020 (extra); e nº 1 de 28/02/2020.**

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Hernâni Caniço, Vítor Parola, Luís Silva, António Correia, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia, José Dias e José Cortesão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Presidentes de Junta de Freguesia: João Marques, Horácio Costa, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Fernando Santos e Joaquim Pereira.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos

Nuno Freitas, José Rodeiro, Paula Alves, Carolina Patrício e João Parreira (*não compareceu*).

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, António Teodoro, José Simão e João Campos.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Victor Carvalho e Isabel Melo.

Presidentes de Juntas de Freguesia: António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

Filomena Girão, José Albino, João Aldeia, Carlos Silva e Daniela Sequeira.

Presidente de Junta de Freguesia: Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Helena Mendes, Pedro Filipe e Ana Martins.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Serafim Duarte.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do PMPT

Rui Campos

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado e do Vice-Presidente Carlos Cidade, estiveram presentes os Vereadores, Jorge Alves, Carina Gomes, Madalena Abreu, José Silva, Ana Silva e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – Mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputada municipal Isabel Vargues, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal José Dias.

Deputada municipal Rosa Isabel, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal José Cortesão.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputado municipal Rui Marques, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal João Parreira (*que não compareceu*).

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputada municipal Mª dos Prazeres Francisco, pedido de suspensão de mandato, por 6 meses, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal Daniela Sequeira.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Deputada municipal Filipa Malva, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal Isabel Melo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Deputada municipal **Lúcia Santos**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Martins**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1, artigo 79º, da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1, do artigo 145º, do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA

Informações do Presidente:

- Informou que, aquela seria a primeira reunião depois da pandemia que tinha afectado a todos e que com o apoio da Câmara Municipal de modo garantir as regras de saúde pública e de protecção pessoal e colectiva, ir-se-ia realizar naquele espaço, pedido que todos compreendessem e respeitassem as contingências;
- Mais disse que gostaria que aquela reunião fosse pública, mas de acordo com a legislação não poderia ser, mas estava aberta à Comunicação Social com carácter de publicidade. A disposição era um pouco ortodoxa, mas garantia as exigências da Lei e uma vez que havia quórum, deu início à reunião, dando de imediato a conhecer os pontos da “*Ordem de Trabalhos*”, colocando-a de imediato à votação tendo sido aprovada por *unanimidade*;
- Informou que, a Mesa tinha recebido uma *Recomendação*, um *Voto de Congratulação* e duas *Moções*, em tempo regimental, sendo a *Recomendação* do Grupo Municipal do Movimento Cidadãos por Coimbra (CpC) sobre: “*Contextualização do COVID 19*”, o *Voto de Congratulação* do Grupo Municipal do Partido Socialista sobre: “*Remoção do amianto nos equipamentos escolares*”, uma *Moção* do Grupo Municipal da Comissão de Desenvolvimento Humano e Social sobre “*Em defesa do Hospital dos Covões*”, e também subscrita pelos Líderes dos Grupos Políticos do PS, CDU e CpC e a *Moção* do Grupo Municipal do PSD sobre: “*O desinvestimento e a destruição do SNS (Serviço Nacional de Saúde) de Coimbra, têm um responsável*”, que tinham sido distribuídas por todos os Líderes;
- Pediu que fizessem chegar à Mesa, formalmente, os nomes dos intervenientes de cada grupo político e que fossem cumpridos os tempos de intervenção extipulados para cada um;
- Informou ainda que, não haveria microfone portátil para os Líderes de Bancada, não haveria necessidade de usarem máscara, porque estavam a mais de 2 metros de distância, apenas teriam de a colocar quando se dirigissem à piranha para falar, pedindo que não tocassem no mesmo;

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): ([áudio 16:27 a 25:40 minutos – 1ª gravação](#))

- Começou por felicitar o Presidente da Assembleia Municipal pelos cuidados que tinha tido em assegurar as recomendações da Direção Geral de Saúde permitindo que todos estivessem presentes e em segurança e ao Presidente da Câmara Municipal pelo bonito espaço que tinha sido disponibilizado;
- Informou que relativamente à Moção apresentada pelo PSD e subscrita pelo Movimento de Somos Coimbra traduzia o delírio populista e demagógico em que o PSD de Coimbra tinha entrado. O PSD de Coimbra, não conseguia aprender nada com a mensagem do seu líder nacional. Nem com o elogio que o primeiro ministro de Espanha lhe tinha efectuado, pedindo inclusive à sua oposição, à oposição ao governo espanhol, para seguir o exemplo do líder da oposição de Portugal. Todos tinham bem presente o desinvestimento que o governo de Passos Coelho e Paulo Portas, o governo do PSD/CDS-PP, tinham operado no SNS, o seu programa oculto de desmantelamento, pedindo que recordassem ali as várias intervenções e protestos dos deputados da CDU, do CPC e do PS, contra aquele desinvestimento e desmantelamento do SNS, que então o PSD tinha colocado em curso e lembrando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- que se dizia até: “*foram além da troika*”. SNS, tinha sido salvo, com o governo da geringonça, como lhe quiseram chamar, mas a verdade era que, tinha funcionado;
- Afirmou que desgraça seria presentemente, quantos infectados, quantos internados e quantas mortes ocorreriam se a pandemia do coronavírus/Covid 19 tivesse surgido no final do tempo da governação Passos Coelho/PSD? Tinha sido o investimento e a recuperação do SNS, operada pelo governo do PS, o governo da geringonça, que tinha frustrado a oportunidade perdida pela direita, mas que a oposição espreitava para fazer um combate político e ideológico ao sistema de saúde, aproveitando a pandemia do vírus, pouco se importando de que se tratava de unir luta de todos. Como alguém dizia, não havia o partido do vírus e do antivírus;
 - Saudou e a Organização Mundial de Saúde enalteceu, o SNS de Portugal e prestava homenagem a todos quantos tinha estado e se encontravam na linha da frente daquela luta, profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, auxiliares de saúde, bombeiros, Protecção Civil, todos;
 - Mais disse que, o que o PSD pretendia com a Moção que tinha apresentado naquela Assembleia Municipal era branquear a sua irresponsabilidade na gestão da saúde, o ataque que tinha feito ao SNS, no período anterior ao Governo do PS. era de todos sabido, mas importava relembrar que o PS quando tinha iniciado funções governativas tinha encontrado o SNS num estado de grande debilidade e, desde então, tinha-se procedido a um esforço de recuperação, que o dotou, como era reconhecido de capacidade para responder à pandemia que o mundo vivia e para a qual ninguém estava preparado;
 - Quanto às críticas constantes da Moção do PSD, disse que revelavam e destinavam-se a fazer um esquecimento e um branqueamento da sua catastrófica gestão enquanto governo num período de 2011 a 2015, cortando 1,2 mil milhões de euros no orçamento da saúde e tinha depreciado em 7 mil o número de profissionais do SNS. O PSD queria fazer esquecer as medidas que tinha tomado para ferir o espírito do Serviço Nacional de Saúde; barreiras que tinha instalado de acesso à saúde pelos cidadãos, social e economicamente mais vulneráveis, acrescentando taxas e taxinhas moderadoras, tendo criado dois sistemas: um para ricos e outro para pobres, lembrando os tempos de má memória do Estado Novo;
 - Lembrando António Arnaut, disse que tinha sido no período da gestão governativa do PSD, que Coimbra tinha assistido à proliferação como cogumelos, de hospitais privados e apenas com alcance de atingir as camadas de cidadãos de melhores condições económicas, que quase deixou o SNS em coma;
 - Informou que a saúde, para o governo do PS, era uma verdadeira prioridade, facilmente constatada: Nos primeiros quatro anos de governação do PS, tinham sido repostos 1,4 mil milhões de euros, que superaram os cortes do governo anterior PSD/CDS-PP; Entre 2015 e 2019, tinham sido acrescentados 14.800 profissionais de saúde, dos quais 3.900 eram médicos, 5.600 enfermeiros e sete mil técnicos de diagnóstico; Para 2020, havia um reforço orçamental para a saúde na ordem dos 800 milhões de euros, aquilo acrescia o programa plurianual de investimentos de 190 milhões de euros em 2 anos, ao que se tinha de somar ainda, 550 milhões para pagamentos a fornecedores em atraso;
 - Terminou afirmando que o PS em Coimbra defendia sem equívocos o SNS, acompanhava a mensagem que ali também se queria fazer eco: *O Hospital dos Covões é nosso! Esta luta pelo Hospital dos Covões “é tua, é minha, é da cidade, é da região, é nossa!”*. Com aquela Moção o PSD não enganava ninguém, por isso o Partido Socialista votava contra.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 26:35 a 31:19 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que naquele dia, faria 2 anos que a CDU tinha trazido àquela Assembleia Municipal uma moção relativa à construção da nova maternidade;
- Aquele era mais um momento em que a democracia estava à prova. O Hospital dos Covões era, presentemente, um símbolo da vontade democrática de sobrevivência de um centro hospitalar que tinha sido marcado para morrer;
- Mas a permanência da cimeira vontade de encerramento do Hospital contava com a oposição de quase Coimbra inteira e da Comunidade Intermunicipal em que o concelho se incluía, impondo-se à desmontagem do Hospital, a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, as Assembleias e Juntas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

freguesia, quase todos os partidos e movimentos políticos, organizações da cidadania, a secção regional da Ordem dos Médicos, os sindicatos dos médicos, dos enfermeiros e dos demais trabalhadores da saúde. Portanto se havia assunto em que Coimbra reunisse a quase unanimidade, o Hospital dos Covões era esse assunto;

- Mais disse que não se percebia, portanto, que valores mais altos se levantavam, mais altos do que os da democracia, para prosseguir a fusão hospitalar e a desmontagem paulatina de todos os serviços do Hospital dos Covões. Não sabiam que interesses ocultos se abrigavam sob a satisfação de interesses de SIGIC's e outras engenharias de garantir que o Estado financiava expansões que não fossem as do Serviço Nacional de Saúde, mas sabiam que a região de Coimbra tinha visto diminuir a capacidade de prestar cuidados a nível da saúde mental, cuidados de saúde primários, capacidade laboratorial, atendimento nas urgências e o Hospital dos Covões era um exemplo vergonhoso de morte anunciada e, de algum modo consentida. Não fora a recente crise sanitária, em que o Hospital tinha sido trincheira, e talvez pudesse continuar a sangria, agora forçando a despromoção da urgência médico-cirúrgica para o patamar de urgência básica;
- Informou que não era a primeira vez que vinham àquela tribuna defender o Hospital dos Covões, mas daquela vez a razão era maior, porque mais ampliado era o eco. Carecia de perguntar, porém, de que lado estavam os deputados eleitos por Coimbra? De que lado estava a Ministra da Saúde? De que lado estava a ARS? De que lado estava o governo no tabuleiro onde se jogavam os interesses do Serviço Nacional de Saúde? De que lado estava o Conselho de Administração dos CHUC, ao longo de uma década executor de uma desprogramação de rumo certamente definido, mas ocultado? De que lado estavam os que repudiavam a luta surda de cátedras mofosas, que faziam da exclusividade ensinadora a matéria das suas vaidades? De que lado estavam os que defendiam o nascimento em segurança das crianças e recusavam campeonatos de protagonismo serôdio? De que lado estava o governo de Portugal? Portugal inteiro precisava dos cuidados de saúde que os hospitais de Coimbra prestavam desde sempre, e de forma superior desde a criação do Serviço Nacional de Saúde. Portugal precisava de um centro hospitalar robusto, dentro do Serviço Nacional de Saúde e vinculado aos seus objetivos. Aquela era mais uma luta que, ainda por cima, bem pode confirmar o desígnio de Coimbra ser uma lição de sonho e tradição. Mesmo que houvesse quem ganhasse a vida oferecendo-se para ser coveiro do futuro.
- Terminou dizendo que, em fase da Moção que tinha sido concertada entre vários Grupos Políticos, a CDU retirava a sua Moção afirmando que as razões que ali tinham sido anunciadas eram as mesmas razões que os levava a recusar a proposta do PSD.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 31:57 a 40:09 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que Coimbra tinha uma longa e rica história na prestação de cuidados de saúde desde os tempos da fundação da nacionalidade. Tinham sido muitos e das mais diversas dimensões e tipologias os Hospitais de Coimbra. Desde o Hospital Pauperum de Santa Cruz, o Hospital de São Lázaro, o Hospital de Santa Elisabete, o Hospital Real de D. Manuel, o Novo Hospital Real, o Hospital dos Abandonados, o velho e tristemente abandonado Hospital Pediátrico, até às instituições hospitalares actuais, Coimbra tinha tido sempre uma enorme responsabilidade na área da saúde e as suas instituições tinham sido objecto da natural transformação e evolução que este sector viveu ao longo dos tempos;
- Disse que actualmente, um dos hospitais mais emblemáticos era sem dúvida, o Hospital-Sanatório da Colónia Portuguesa do Brasil, que apenas tinha ficado concluído em 1930. Em 1935, pelas mãos de Bissaya Barreto, tinha sido transformado num hospital para doentes tuberculosos do sexo masculino, com capacidade para 400 doentes. Na década de 70 tinha sido renovado e passou a Hospital-Geral da Colónia Portuguesa do Brasil, tendo assim sido reinaugurado a 27 de Abril de 1973, e rapidamente atingido grande prestígio e reconhecimento, sendo por todos conhecido como Hospital dos Covões; Com o Hospital dos Covões em plena maturidade e a necessitar de manutenção e investimento, tinham sido, entretanto, construídos o novo Hospital da Universidade de Coimbra, o Hospital de Leiria, o Hospital Central Polivalente de Viseu, o Hospital Universitário da Covilhã, onde tinham sido criados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- excelentes serviços de especialidades que até aí só existiam em Coimbra e era aquela, sem dúvida a tendência na gestão da Saúde em todo o País. Para além do aumento do número de instituições hospitalares, a medicina tinha sofrido muitas outras mudanças radicais, como era o exemplo das cirurgias realizadas em ambulatório;
- Mais disse que o problema do Hospital dos Covões não decorria apenas das alterações vividas pela área da Saúde. O problema do Hospital dos Covões era essencialmente o inevitável reflexo da imagem do empobrecimento político, económico, social e demográfico de Coimbra. A Coimbra do presente não tinha o esplendor do passado. As cidades mais próximas de Coimbra tinham crescido e Coimbra tinha minguado. Coimbra era o 19.2 concelho do país em população residente e o 65.2 concelho na produção de bens para exportação, incluindo o turismo, atrás de concelhos como Beja, Pombal Lousada, Esposende, Covilhã, etc... E, por isso, actualmente Coimbra não tinha influência política e nem poder reivindicativo, tendo o poder central contribuído muito para o definhamento da saúde em Coimbra, nomeadamente para o esvaziamento do Hospital dos Covões, por isso não podiam deixar de manifestar a enorme estranheza pelas actuais declarações das estruturas locais daquele Partido. De resto, a actual Ministra da Saúde tinha sido cabeça de lista por Coimbra nas últimas eleições legislativas e que se soubesse o Partido Socialista local não lhe tinha exigido compromisso especial com o Hospital dos Covões;
 - Informou que, lamentavelmente para os utentes e os profissionais dos Covões assim não seria e a Moção que lhes estava a ser proposta mais não seria do que a expressão de uma guerra interna cujo desfecho influenciaria a distribuição dos próximos lugares de nomeação política;
 - Mais informou que, Coimbra precisava de recriar e reinventar o Hospital dos Covões e a Saúde em Coimbra, sob pena de perderem tanto os Covões como os HUC, se tornarem apequenados cada vez mais e se tornarem numa cidadezinha, com muita história e valoroso passado, com cada vez menos futuro;
 - Naquela senda propunham que, em acréscimo à Moção apresentada pelo Grupo Político do PSD, fosse pela Assembleia Municipal proposta a consideração de uma definição de uma linha estratégica para o Hospital dos Covões, na área da geriatria e gerontologia, para além das outras valências médico-cirúrgicas que os Covões já tinham e deviam manter, nomeadamente o sector do ambulatório, a urgência médico-cirúrgica aberta 24h/dia e o seguimento do doente crónico;
 - Terminou informando que pelo exposto, votariam contra a Moção da CDHS e votariam a favor da Moção apresentada pelo PSD, entendendo, no entanto, que era dever do SC ir-se mais longe e, por isso, propunham que: *a Assembleia Municipal recomende à Câmara de Coimbra, ao CHUC, à ARS-C, ao Ministério da Saúde, ao Instituto Politécnico, à Escola de Enfermagem e à Universidade de Coimbra, que unam esforços e conjuguem competências para a definição de uma nova e urgente estratégia para o CHUC que inclua e distinga um propósito para o Hospital do Covões vocacionado para uma área de interesse nacional e, ainda, a construção emergente do novo serviço de obstetrícia e neonatologia do CHUC e da Região Centro, que há tanto tarda, com sério prejuízo das mulheres, das crianças e das famílias.*

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 41:10 a 50:25 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Apresentou a Moção "Em Defesa do Hospital Geral Central dos Covões", acordada pelo PS, CDU e CpC, informando que, por se tratar de um tema de grande relevância para a saúde das populações e para o desenvolvimento regional, tinha convocado uma reunião da Comissão de Desenvolvimento Humano e Social da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, onde tinha sido debatido o problema, apresentando uma proposta de Moção a conciliar, não tendo havido o acordo do PSD, SC e CDS, passando de imediato a lê-la: **ANEXO 1**
- Terminou, apelando à defesa do Hospital Geral Central dos Covões, através da Moção subscrita pelo PS, CDU e CpC, como um contributo para a cidade, para a Região de Coimbra e para a Região Centro.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 51:01 da 1ª gravação a 01:01 minutos – 2ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Começou por agradecer a todos os presentes pela reunião daquele órgão que, no seu entender, tinha tardado, porque deveria ter acompanhado naquele período de epidemia, com outra acutilância, naquilo que tinha sido sempre feito e naquilo que não tinha sido feito;
- Perguntou ao deputado municipal Hernâni Caniço onde estava em 2010, pois naquele ano deveria dizer à Ministra Ana Jorge e ao Engenheiro José Sócrates, que não tinham absolutamente nenhum plano para o Hospital dos Covões, as palavras tão bonitas que ali tinha dito sobre o papel referencial demográfico, clínico e existencial sobre o referido Hospital, pois, considerava-o uma pérola, mas pérolas travestidas e que o Partido Socialista deveria ouvir, aconselhando-o a ler o programa da Troika, onde estava inscrito que a fusão se tinha de realizar e concluisse que, a culpa não era de Passos Coelho, mas sim, do Partido Socialista, porque era o responsável e não tinha feito nada;
- Afirmou que, o se estava ali a falar era de um travesti político da maior ofensa, porque quem tinha desmembrado os Covões tinha sido o Partido Socialista, inclusivamente, a Ministra Marta Temido, cabeça de lista por Coimbra, não tinha feito absolutamente nada até à data, perguntando a título de exemplo, onde estava Maternidade de Coimbra, aprovada, havia 2 anos por aquela Assembleia Municipal, mais, aquando da vinda a Coimbra do então Ministro Adalberto Campos Fernandes, havia 1 ano, para a conferência de imprensa realizada no Convento São Francisco onde tinha feito promessas, que nunca se cumpriram, perguntou o que é que se tinha cumprido? Onde estava o alargamento do IPO, onde estava a nova urgência do Hospital de Coimbra, onde estava a nova Unidade de Queimados e de doentes críticos?
- Afirmou que, o Partido Socialista estava a arruinar o Serviço Nacional de Saúde. O PSD não se travestia. Sabiam que a tarefa não era fácil, mas Coimbra tinha perdido a capitalidade de saúde;
- Terminou pedindo que o Partido Socialista assumisse, que apresentassem resultados e que deixasse de fazer cordões, caravanas e cartazes e fingir que o culpado era o Passos Coelho. - **ANEXO 4**

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS): [\(áudio 01:03 a 01:05 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que relativamente à proposta apresentada pelo deputado Municipal Hernani Caniço, e também Presidente da Comissão de Desenvolvimento Humano e Social não a tinham acompanhado, pelas razões que a seguir explicaria;
- Mais informou que o CDS também não podia de deixar de acompanhar as questões colocadas pelo deputado municipal Nuno Freitas e as interrogações colocadas pela deputada municipal Filomena Girão;
- Explicou que a bancada do CDS Coimbra, iria votar contra, porque tinha reunido para analisar o texto proposto e não estando em causa a defesa pela valorização do Hospital dos Covões, a qual o CDS acompanhava e defendia, assim como a sensibilidade das populações que sentiam a necessidade da existência de serviços de saúde de qualidade naquela instituição, não tinha sido possível chegar a um texto comum, pelo que tinha sido entendido, não acompanharem a moção proposta a votação, única e simplesmente, pela argumentação que apresentava;
- Terminou dizendo que os deixava admirados pela intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva pois parecia que ninguém conhecia a realidade dos Hospital dos Covões;

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 01:06 a 01:13 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que relativamente à Moção, apresentada pelo Partido Socialista: "*Em Defesa do Hospital Geral Central dos Covões*" havia mais de 2 anos que o CpC tinha agarrado aquela causa, procurando romper com as duas grandes forças de bloqueio na definição e avanço da solução para a rede hospitalar de Coimbra: os emperramentos partidários, enleados em interesses contraditórios, e a falta de transparência e de democracia, que deixava os cidadãos sem a devida informação para poder ajuizar. Tinham Pegado então na questão da Maternidade, o ponto mais crítico e exemplar dos prejuízos causados pela não decisão. Reforçar e fazer valer a opção da sua construção no espaço do Hospital dos Covões serviria também para contrariar a sua desvalorização e esvaziamento crescente, outro dos pontos críticos e de incompreensão generalizada. Tinham ido para a rua com uma petição, recolhendo o sentir das pessoas, incentivando a participação. Recolheram cerca de 5000, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

entregaram na Assembleia da República. Tinham sido ouvidos pela Comissão de Saúde e, em Novembro, a petição tinha sido “*chumbada*”, com a abstenção do PSD, do CDS e do PAN e com os votos “contra” do PS; os 5 deputados do PS eleitos por Coimbra tinham-se refugiado na abstenção. Tinham feito um debate com deputados da Assembleia da República, no qual o Administrador do CHUC tinha estado presente, prometendo divulgar os estudos e planos funcionais para a Maternidade e para os Hospitais no global. Entretanto, tinham sido convocados pela Ministra da Saúde, que se tinha comprometido a mandar fazer um estudo da alternativa da Maternidade nos Covões e a divulgar todos os estudos e planos;

- Disse que, mais 2 anos depois, o que podiam concluir? A primeira resposta era que continuava tudo na mesma. O Ministério não informava e não decidia. A Administração de Saúde e a do CHUC iam decidindo sem dar ouvidos nem contas aos cidadãos e ao poder local. Os partidos políticos continuavam a servir-se daquelas causas para se afrontarem e esgrimirem lutas intestinas, deixando de lado o interesse de Coimbra e da sua região, o interesse da Saúde dos cidadãos;
- Para o CpC, era claro que existia uma linha de separação nítida nas opções políticas quanto à Saúde, que era a defesa e melhoria do SNS. Em Coimbra, onde o campo de negócio na área era tão fértil, era preciso estar atento, não ser ingénuo perante discursos argumentativos da suposta superioridade técnico-científica de alguns, inacessível ao comum dos cidadãos. A qualidade dos serviços de saúde media-se pelo avanço e quantidade dos equipamentos, pelo mérito e excelência dos profissionais, mas também pelo nível de acesso de toda a população. E por isso continuariam a lutar por todas as medidas que o garantissem, fosse a hiperconcentração de gestão empresarial, atenta nos números, esquecida das pessoas, fosse a redução de recursos que se traduzia numa construção de uma imagem de má qualidade do serviço público, abrindo o campo ao investimento privado.
- Assim, e perante as duas moções ali propostas, disse terem a declarar que: primeiro - a Cidade e o Concelho, agora muito mais despertos para aquela questão, não compreenderiam que os seus representantes naquela Assembleia não se tivessem entendido de modo a viabilizar e a exigir as soluções; segundo - não pactuavam e rejeitavam, em absoluto, a instrumentação daquela Assembleia como arena estéril de jogos e lutas partidárias, porque ali se deviam defender os interesses de Coimbra e, pelo exposto votariam contra a Moção apresentada pelo PSD.
- Passou de imediato a ler a “*Recomendação*”, apresentada pelo seu Grupo Político. – **ANEXO 2**
- Terminou informando que relativamente ao Voto de Congratulação do Grupo Municipal do Partido Socialista sobre: “*Remoção do amianto nos equipamentos escolares*”, entendiam que, era desacuado, porque o amianto das escolas já deveria ter sido retirado há muito tempo.

Intervenção do deputado municipal António Lopes (CDU): [\(áudio 01:14 a 01:16 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que na última Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara tinha-o convidado a ir ao seu Gabinete, onde tinha ficado a promessa de que a assinatura de contrato de comodato da Escola Primária de Vila Pouca, seria assinado na semana seguinte e, como já tinham passado mais 4 meses e até à presente data ainda não tinha sido chamado para a efectuar e, uma vez que o Presidente da Câmara não estava presente, pediu aos Vereadores com responsabilidade naquela área, que lhe fizessem chegar aquela sua questão;
- Terminou informando que após uma reunião com as juntas de freguesias com o Presidente da Câmara tinha ficado assente que a Câmara Municipal iria apoiar no corte das ervas daninhas, mesmo apesar de entender que seria mais célere a utilização de herbicida, mas o que era certo era que até ao momento ninguém tinha dado qualquer tipo de apoio.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 01:18 a 01:24 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por informar que para a CDU a prática política assumia relevância quando se destinava a resolver questões em concreto, por isso não podiam acompanhar a tradução em votos de estados de alma e desabafos inócuos, tal como lhes suscitava a Moção proposta pelo PSD naquela Assembleia Municipal, em relação às responsabilidades na política de saúde e, muito menos, dariam apoio a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- lobismo em torno de opções para o Hospital dos Covões cuja origem se desconhecia, tal como propunha o grupo do senhor ex-bastonário da Ordem dos Médicos.
- Disse que na reunião de Câmara de 22 de Junho, tinha sido aprovada a criação do Conselho Municipal de Cultura de Coimbra, reivindicação programática, antiga, da CDU recorrentemente apresentada a vários executivos através de propostas concretas sucessivamente recusadas ou olímpicamente esquecidas. A criação daquele órgão consultivo, agora, unanimemente considerado útil, tinha possível enquanto resultante da concretização de compromisso assumido pelo PS com a CDU no âmbito da discussão das Grandes Opções do Plano para 2020. O Conselho Municipal de Cultura, que viria a integrar os diferentes agentes culturais do concelho, deveria participar na definição das principais linhas estratégicas para a área da cultura e seria instrumento essencial na preparação da candidatura de “Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027” e na procura de soluções que contribuíssem para o desenvolvimento cultural do concelho de Coimbra, que a todos incluísse, dando o protagonismo que mereciam os agentes culturais tão profundamente afectados pela falta de política cultural que a pandemia tinha tornado ainda mais evidente, e que os viesse a reconhecer como essenciais para a construção do bem-estar de todos;
 - Mais disse que sem que se visse a situação de pandemia aligeirar, seguir-se-ia, provavelmente, outra exigência, mais ou menos natural, a que decorria dos fogos florestais que vinham acentuar o carácter de emergência das medidas a tomar. Na Assembleia Municipal de Dezembro 2017, tinham alertado para a situação do Corpo de Bombeiros Sapadores de Coimbra e para a falta de efectivos que então era gritante. A falta de bombeiros levava os efectivos a passar dias seguidos no quartel com prejuízo pessoal e das suas famílias, obrigados a ultrapassar os limites legais de trabalho suplementar que deixava de lhes ser pago. Já então tinham alertado que o recrutamento de 19 novos bombeiros não parecia bastante, o que a realidade agora confirmava. Ao que se sabe, já seria admitida a necessidade de recrutar mais 15 elementos;
 - Informou que a CDU exigia que terminasse, de uma vez por todas, o recurso a remendos que prejudicassem os profissionais e a cidade e, no mais breve trecho, fosse desencadeado o reforço do quadro de pessoal em conformidade com as verdadeiras e comprovadas necessidades do corpo de bombeiros sapadores;
 - Terminou dizendo que, manifestavam o seu acordo à proposta do grupo Cidadãos por Coimbra para avaliação das medidas tomadas e a tomar pelo Município de Coimbra, no que à pandemia respeitava, na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal.

Intervenção do deputado municipal Jorge Veloso (PS): [\(áudio 01:25 a 01:30 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Saudou o Presidente da Câmara Municipal, pela forma entusiástica com que tinha aderido à organização do Conselho Geral da ANAFRE, na Antiga Igreja do Convento São Francisco, permitindo-lhe a sua realização em segurança, cumprindo as normas da DGS;
- Agradeceu a todos os funcionários do Convento São Francisco pelo seu alto profissionalismo e à ANMP pela ajuda importante nos meios áudio visuais;
- Fez também um agradecimento a todos os autarcas de freguesia pelo trabalho extraordinário que prestaram e que continuavam a prestar aos cidadãos, das mais variadas formas que dispensava enumerar, porque efetivamente aquele trabalho era e continuava a ser reconhecido por todos os níveis das instituições do Estado, saudando por isso, todos os autarcas e todas as Freguesias de Coimbra e de Portugal;
- Informou que a ANAFRE tinha feito o seu caminho assim que tinha saído do Congresso de Portimão, apresentando a todos os partidos políticos e grupos parlamentares as Linhas Gerais de Actuação emanadas do Congresso, culminando com audição no Governo, com a Ministra da Modernização Administrativa e Administração Pública e com o Presidente da República, onde tinham apresentado e debatido temas como a Descentralização de Competências, Reorganização Administrativa, Lei das Finanças Locais, Estatuto do Eleito Local, Candidatura aos Fundos Comunitários e também no âmbito Descentralização, os Espaços do Cidadão;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse que de uma maneira geral todos tinham compreendido as suas posições e que no dia 11 de Março tinham tido a confirmação de que o Orçamento de Estado para 2020 contemplava mais 5,2ME ou seja, 228.712.058€, que tinham sido distribuídos pelas 3091 freguesias, cumprindo a Lei das Finanças Locais e que estava fazendo contactos para resolução do assunto dos CTT. Tinham reunido por videoconferência, no dia anterior, com o Ministro das Infraestruturas e Comunicações, dando-lhe conta do desagrado pela posição dos CTT, apresentando as suas posições sobre um Protocolo que não tinha condições de continuar a ser observado e, tinha sido com muito agrado que tinham verificado ter no Governo um aliado para a resolução daquele dossier que se arrastava há longos anos;
- Informou que estava marcada uma reunião com o Conselho Diretivo dos CTT para o dia 2 de Julho e que iriam para aquela reunião mais fortes e cientes das suas propostas e esperando que no próximo Conselho Diretivo de Julho ter chegado a acordo para a elaboração de novo protocolo com os CTT, salvaguardando os interesses das freguesias e que relativamente à Reorganização Administrativa o assunto não era fácil na obtenção de consensos, naquela proposta de trabalho apresentada pelo Governo, apesar de apresentar melhorias tendo como referência a primeira proposta, tinham dado os seus contributos e aguardavam que o processo transitasse para a Assembleia da República, sendo depois alvo de audições e aprovação de um parecer formal à proposta da lei final;
- Terminou apelando ao Presidente da Câmara Municipal e da ANMP para que aquele processo de descentralização não parasse e que no último trimestre do ano, pudessem desempenhar as competências a que se tinham proposto. Sabiam que a pandemia que ainda atravessavam tinha interferido e dificultado as negociações, mas entendia que até Setembro teriam condições para assinar com os municípios os autos de transferências de competências. Lembrou que das 2000 freguesias que tinham demonstrado disponibilidade de executar as competências, em 2020, unicamente 258 já tinham a situação normalizada. Faltavam cerca de 1750, o que não era bom para o Poder local democrático e para a desejada melhoria da gestão autárquica.

Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS): [\(áudio 01:31 a 01:35 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que aquela era a primeira reunião de um tempo novo. O tempo do incerto, o tempo de profundas mudanças organizacionais, sociais e pessoais. Era o tempo da solidariedade e do humanismo. Um tempo que os desafiava e os convocava a “*ser*” e a “*agir*”;
- Informou que a crise pandémica que se atravessava era simultaneamente uma ameaça e um desafio, que exigia de todos enorme responsabilidade. Responsabilidade individual, evitando comportamentos que pudessem pôr em risco a saúde própria e a dos demais; responsabilidade política na tomada de decisões que verdadeiramente protegessem as pessoas na saúde e no trabalho; responsabilidade social que os vinculasse a todos à obrigação de se cuidar uns dos outros;
- Mais disse que, Coimbra tinha naquela crise, uma oportunidade para mudar de rumo. Uma oportunidade para mobilizar conhecimento, engenho e arte como catalisadores do desenvolvimento que tardava. Uma oportunidade para inovar, para crescer, para voltar a ser Coimbra, porque infelizmente, exemplos como ter permanentemente a mais alta taxa de mortalidade por COVID no País, não era um bom presságio, como também não era bom presságio a aposta, por cegueira eleitoral, em festas e festarolas;
- Questionou o Presidente da Câmara Municipal, sobre qual era exactamente, a estratégia municipal de combate à pandemia? Como apoiava os municípios em dificuldades? O que tinha preparado para a altura em que, esgotado o período de moratórias bancárias, se pudesse assistir ao acentuar de dificuldades de muitas famílias? Que reforço de verba tinha afectado ao apoio social? O que tinha o Presidente preparado no que respeitava à segurança, directamente ligada ao desemprego e à pobreza? O que tinha preparado para Coimbra, naquela crise social que se acentuaria nos próximos meses? Não podiam continuar sem respostas. Respostas que sabiam que podiam ser dadas, se não se continuasse a pensar eleitoralmente, se o excedente orçamental do município fosse dirigido para o que era verdadeiramente necessário e não apenas para o que pudesse fazer grandes títulos e anúncios mediáticos em que aquela Câmara era especialista;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Pediu que mostrassem que eram competentes, que resolvessem de uma vez por todas, sem hipocrisias, o problema do Hospital dos Covões, da linha da Lousã, do Metro Mondego, da Maternidade, porque, se o Partido Socialista ocupava todo o espectro político nacional, da Presidência da República ao Governo e o Poder Local, nas administrações hospitalares, na ARS, na Associação Nacional de Municípios e na autarquia, se o Partido Socialista estava na origem de todos aqueles problemas e adiamentos, porque não era capaz de os resolver. Todos sabiam a resposta;
- Pediu que olhassem para o triste exemplo de Coimbra, cidade da saúde que tinha sido outrora. Presentemente, tinha perdido estudantes de medicina, médicos e até doentes à procura de uma segunda opinião. Já não era Coimbra que se escolhia ou a que se recorria em primeiro lugar;
- Terminou afirmando que aquela constatação, pelas implicações que tinha deveria levá-los a todos a um sobressaltozinho.

Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD): [\(áudio 01:36 a 01:37 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que em Abril tinha recebido o Fundo de Municipal de Emergência Social, no valor de 13 mil euros, tinha sido gasto em menos de uma semana, não pela União de Freguesias, mas sim, pelas instituições da sua área e no apoio às pessoas e, vinha desde então, a pedir ao Presidente da Câmara e ao Vereador Dr. Jorge Alves, um reforço do referido Fundo porque tinham dezenas e dezenas de pedidos de apoio.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 01:38 a 01:39 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que relativamente à questão do herbicida e da limpeza das faixas de combustão continuavam por pagar por parte da Câmara Municipal;
- Terminou perguntado à Câmara Municipal o porquê das obras contempladas no Orçamento Participativo não tinham sido feitas? Pediu que, pelo menos, aquele dinheiro fosse atribuído às juntas de modo a poder ajudar as pessoas com dificuldades.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 01:39 a 01:44 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que, aquando da chegada àquele espaço, tinham-se deparado com um conjunto de co-cidadãos, que pediam para falar com o Presidente da Câmara. Sabiam que o Presidente da Câmara se tinha dirigido às pessoas e que apesar de não estar na agenda, o assunto seria discutido mais tarde;
- Disse que, o Somos Coimbra já tinha alertado várias vezes para aquele gravíssimo problema, mas ainda assim, a situação mantinha-se, tendo até sido agravada em consequência da pandemia. Os municípios das localidades de: Lamarosa, Ardazubre, Vila Verde, Zouparria e Castanheira, Casal das Figueiras, Casal do Bom Despacho, Cioga do Campo, Marmeleira, Mata de S. Pedro, Larça, Botão, Outeiro do Botão, Paço, Póvoa do Loureiro, Paul, Lagares, S. Martinho do Pinheiro, Souselas e Zouparria do Monte, eram servidos por um número manifestamente insuficientes de autocarros e em alguns casos não eram servidos por qualquer tipo de transporte público, para se deslocarem para o trabalho, para a escola, para o Centro de Saúde ou simplesmente, para atenderem às suas necessidades mais básicas;
- Mais disse ter testemunhado a inaceitável situação dos moradores da Mata S. Pedro que tinham de percorrer mais de 3 Km a pé, por estradas estreitas, sem passeios, sem iluminação, sem condições mínimas de segurança para acederem ao único autocarro, que servia aquela zona no período da manhã, para além de que, sendo a única alternativa da população daquelas localidades, aquela linha intermunicipal quando chegava ao município vinha sobrelotada sujeitando as pessoas a deixarem-se transportar como “sardinhas na canastra” situação essa, sistemática esquecida pelo que o governo local;
- Questionou o Executivo sobre o que tinha feito até então para a linha norte? O Presidente da União de Freguesias de Souselas vinha fazendo múltiplos avisos sobre aquela situação. O Executivo nada tinha feito e ao invés de aproveitar o Regime Jurídico dos Serviço Público de Transportes tinha deixado os transportes nas mãos da CIM-RC;
- Terminou pedindo ao Presidente da Câmara que desse resposta àquelas populações porque a mobilidade era essencial para o dia-a-dia de todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº11/2020

A Assembleia Municipal deliberou, por *unanimidade*, e sob proposta da bancada do Movimento Cidadãos por Coimbra, datada de 26 de Junho, *aprovar, a Recomendação, “Contextualização do COVID 19”*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº12/2020

A Assembleia Municipal deliberou, por *maioria*, com 35 votos a favor, 5 votos contra e 8 abstenções e sob proposta da bancada do Partido Socialista, datada de 26 de Junho, *aprovar o “Voto de Congratulação pela remoção e substituição do amianto nos equipamentos escolares”*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº13/2020

A Assembleia Municipal deliberou, por *maioria*, com 32 votos a favor, 16 votos contra e 2 abstenções, e sob proposta das bancadas do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária e do Movimento Cidadãos por Coimbra, datada de 26 de Junho, *aprovar a Moção, “Em Defesa do Hospital Geral Central dos Covões”*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº14/2020

A Assembleia Municipal deliberou, por *maioria*, com 16 votos a favor, 32 votos contra e 1 abstenção, e sob proposta da bancada do Partido Social Democrata, com a adenda da bancada do Movimento Somos Coimbra, datada de 26 de Junho, *rejeitar a Moção, “O desinvestimento e a destruição no SNS de Coimbra têm um responsável: O Partido Socialista”*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [áudio 01:54 a 01:55 minutos – 2ª gravação](#)

→ Informou que tinha votado contra o “*Voto de Congratulação pela remoção e substituição do amianto nos equipamentos escolares*” por considerar descabido um voto de louvor, por cumprir aquilo que era uma situação legal, que já deveria ter sido levada a cabo há muito tempo.

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [áudio 01:56 a 01:56 minutos – 2ª gravação](#)

→ Informou que votar uma congratulação como aquela que tinha sido ali apresentada, era um bocado chocante, porque aquela situação só existia pelo facto de ter sido possível afectar verbas comunitárias para permitir que as câmaras deixassem de cumprir aquilo que deveria ser uma sua obrigação e o Ministério da Educação, muito mais quando tinham uma Câmara com excedente orçamental.

Declaração de voto do deputado municipal José Simão (PSD): [áudio 01:57 a 01:58 minutos – 2ª gravação](#)

→ Informou que se tinha abtido porque não tinha havido ali nenhuma propostas de louvor à União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas por ter retirado o amianto das suas escolas.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

Nos termos da alínea c), do nº 2, do artº 75º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal.

→ Começou por informar que, aquela reunião da Assembleia Municipal era importante que se fizesse cumprindo todas as normas de segurança, como aliás tinham sido as palavras o Presidente da Assembleia Municipal, no início da reunião que não tinham que ter agradecimento e que angustiadamente, ambicionava que fosse a última vez que aquela reunião fosse feita naquele espaço municipal - Antiga Igreja do Convento São Francisco, pois era sinal de que o “*maligno*” tinha sido debelado definitivamente e não teria de haver mais distanciamento físico;

→ *Amianto* - esclareceu que, era bom saber que o Presidente da Câmara Municipal, que desempenhava funções, por eleição, também, de Presidente da ANMP – RC, terem concluído um processo longo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

com décadas, para um projecto de estratégia para redução do amianto das escolas. O que era essencial era que o contrato que tinha outorgado com o governo, tinha como objectivo a remoção do amianto de todas as escolas do ensino básico e secundário do concelho. Não estava em cima da mesa porque decorria no âmbito de um processo autónomo, que se encontrava em negociações para a intervenção, decorrente da descentralização na área da educação dos municípios e onde, também estava em curso a intervenção de recuperação, reabilitação e limpeza profunda do Liceu José Falcão, num custo estimado de 30 milhões de euros. Não havia ainda projecto, nem anteprojecto, apenas existia o projecto da construção do antigo Liceu D. João III, mas aquela operação estava atomizada naquela operação financeira. Disse que não se tratava de uma mera alocação de Fundos do Portugal 2020, mas sim de uma resposta a um pedido do Governo para que os municípios ajudassem a resolver um problema e os municípios tinham decidido outorgar aquele desafio;

- *COVID-19 – Plano de Contingência* – Esclareceu que, quando em 9 de Março tinham sido alertados para a necessidade adoptar um Plano de Contingência no Município de Coimbra estavam muito longe de perceberem o impacto, o alcance do que viria a acontecer. Aqueles 3 meses, tinham sido mais de uns tantos 30 anos de intensidade de vida, vivida com os autarcas, com a Câmara Municipal, com os autarcas das freguesias, com os diversos organismos do estado. Tinha sido necessário encorajar, para a coordenação das operações. Era um processo que, infelizmente, era necessário continuar. Em 9 de Março não se sabia muito;

Disse ser uma situação muito séria que motivava a todos que estivessem disponíveis para ajudar a construir soluções e soluções, com humildade de que nenhum estaria em condições de informação plena sobre o que viria seguir. Tinha sido 3 meses onde havia expressões utilizadas que anteriormente, eram extremamente criticáveis, mas que presentemente eram utilizáveis, como: distanciamento social; desconfinamento, palavras, até então, desconhecidas. Gostaria de admitir que tinha uma solução, uma resposta, mas não tinha. Não havia uma solução para aquela questão, ter-se-ia de conviver com aquela nova realidade e não havia uma nova normalidade, mas sim uma realidade diferente, que iria trazer novos problemas que não se esperavam, como a questão: da saúde pública, da saúde social, do desemprego, da desativação da vida socioeconómica das cidades e, para resolver aquilo, teriam que se desafiar para construir um novo paradigma;

No seu entender, o primeiro passo para resolver aquele novo paradigma deveria passar pela honestidade intelectual e de intervenção cívica, por respeito na vida política, não esquecendo que, ao longo dos tempos, as pandemias, as pestes tinham gerado problemas sociais graves, religiosos tinham colocado em risco monarquias e repúblicas e tudo aquilo tinha acontecido após ou durante pandemia;

- Informou que, se estava num órgão político e como Presidente da Câmara partilhava aquilo que se tinha feito durante aquele período:

9 de Março – percebendo-se o impacto tinha-se feito o reforço de comunicações com as várias entidades do estado, que operavam a partir do Município, com alguns princípios basilares, não se substituindo e nem se substituiriam, fosse quem fosse porque, todas as entidades, as autoridades e serviços do Estado tinham o dever de cumprir as suas obrigações e o Município ajudariam naquilo que estivesse ao seu alcance, porque a cada dia, a cada hora, podiam surgir novas novidades, que aumentassem o grau de preocupação, sugerindo que algumas picardias que existiam fossem colocadas no cesto do lixo da história, porque o que se estava a viver era uma época impar;

11 de Março – Tinha-se procedido ao encerramento de instalações e de equipamentos municipais onde tinham entendido serem necessários e adoptaram um conjunto de medidas complementares, de 3 em 3 dias, à medida que se acompanhavam com relatórios da DGS e ao mesmo tempo as informações da INFARMED;

- Disse que estava relativamente feliz pelo controlo daquela pandemia com a colaboração dos médicos, dos enfermeiros, dos que faziam as viseiras, os condutores dos autocarros, os que desinfetavam os mesmos, correndo riscos, riscos muito altos de contaminação, enfim de todos aqueles que tinham estado na frente da batalha, em colaboração com as autoridades de saúde e dos hospitais tinham contribuído para aqueles resultados e dando origem, também, à abertura uma frente de Acolhimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- no Hospital dos Covões e o Centro de Recolha de testes COVID-19, tendo surgido uma luz muito importante, a prova do bom funcionamento da saúde pública, contribuindo para debelar a pandemia;
- Agradeceu, perante aquela Assembleia Municipal, a todos aqueles que se tinham empenhado naquela luta. Continuavam-se a fazer aqueles trabalhos, com a colaboração de todos e, todos aqueles que estavam a colaborar no terreno sabiam os riscos que corriam. Era uma das medidas que se tinham tomado;
 - Mais disse que, uma das medidas implementadas pela DGS, era a importância do uso de máscaras e a higienização com maior intensidade e, naquele, sentido a Câmara Municipal tinha decidido que, os primeiros 5m³ de água usados por cada consumidor, seriam ressarcidos na factura do mês seguintes. Após 2 dias da tomada daquela medida, tinha recebido uma notificação, por carta registada da Entidade Reguladora pedindo para justificar o estudo de viabilidade económico mesma. Se tivesse medo teria mandado cortar a água àquela entidade;
 - Informou que, as medidas adoptadas na emergência tinham de conseguir que os cidadãos confiassem no governo da cidade. Não era animador, mas uma pandemia gerava em geral, uma componente, que era pandémica do ponto de vista da sociedade, dos usos e costumes, dos hábitos da civilidade e da convivialidade, que os deveria alertar a todos, aos democratas, aos da república mas também aos de monarquia, para evitar que a pandemia fosse uma degradação que podia ser a pior do regime democrático, das liberdades, das leis de excepção, porque se não fossem atalhadas a tempo poderia no futuro agir contra o futuro contrariedades contra a cidadania, contra a democracia e aquilo tinha que ser tido em conta;
 - Mais informou que todas as acções da Câmara Municipal tinham sido alteradas, toda a programação das Festas da cidade da e da Rainha Santa Isabel, tinha sido reajustada. Quanto ao acesso à Praia Fluvial do Rebolim era um teste, com a monitorização das entidades de saúde pública, das entidades policiais e de muitos outros voluntários para que tudo pudesse correr bem, apenas haveria um acto simbólico, que era a abertura no dia 4 de Julho do Centro de Pintura Contemporânea que iria ser aberto com um número limitado de convidados;
 - Terminou afirmando que, aos que o tinham insultado ao longo daquelas 3 meses que tinham sido 30 anos, retribuía com amor, aos que o tinham denegrido naqueles 3 meses que tinham sido 30 anos, retribuía com um desafio: *“arregaçassem as mangas e ponham-se ao meu lado porque saberei conduzi-los para fazer bem aos cidadãos, e à nossa cidade.”*

Grupos Políticos

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 02:26 a 02:30 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por informar que se realizava aquela sessão da Assembleia Municipal num contexto de grandes constrangimentos devido à pandemia que continuava a desenvolver-se à escala global. Não era demais sublinhar o papel que o Serviço Nacional de Saúde tinha assumido no tratamento de todos os que tinham sido atingidos pela doença, sendo de destacar a importância do Hospital dos Covões na organização do combate ao surto epidémico na região. Faziam uma avaliação positiva do desempenho do Município de Coimbra em todo aquele processo;
- Disse que o apoio multilateral prestado era aquele que competia a uma autarquia, estabelecendo uma relação de proximidade com a população, atendendo a necessidades particulares em esferas que não eram, nem podiam ser, as do Estado Central. Na opinião da CDU tinha ficado demonstrada, na adversidade, a importância de serviços públicos robustos, capazes de respostas de plano nacional, regional e local às diferentes dimensões dos desafios;
- Realçou a importância dos SMTUC no desempenho do serviço público de possibilitador de deslocação dos cidadãos, assegurando a defesa da saúde de trabalhadores e utilizadores, assinalando que era na adversidade que se tornava clara a importância da natureza pública das instituições de que dependia o funcionamento básico da sociedade, dando como exemplo, o recente protesto dos trabalhadores da TRANSDEV, em situação de lay-off, que era a demonstração de que a defesa dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- lucros das grandes empresas era amiúde incompatível com a defesa de direitos dos trabalhadores e dos utilizadores;
- Mais disse que paralisação de importante parte da economia tinha deixado à mostra a natureza predatória das grandes empresas multinacionais. Tinha ficado provado serem as empresas mais lucrativas aquelas que mais recorreriam ao lay-off, protegendo os lucros dos acionistas, mas cortando nos rendimentos dos trabalhadores. Eram as grandes empresas, e campeãs do lucro, as grandes beneficiárias do lay-off: 54,1% daquelas empresas já tinham recebido o apoio estatal, enquanto das microempresas apenas 7,4% tinham conseguido aceder ao lay-off. O Estado era presentemente, para o grande negócio, o garantidor dos seus lucros. Precisavam de um Estado garantidor dos direitos dos trabalhadores;
 - Referiu a importância do SNS na contenção da crise sanitária em curso. Numa cidade em que a saúde era um pilar essencial de desenvolvimento e bem-estar, consideravam ser o seu dever exigir a reversão do processo de fusão hospitalar, devolvendo às instituições do SNS o financiamento essencial ao desenvolvimento das suas potencialidades. Empenhados na construção da nova Maternidade no território do Hospital dos Covões, assinalavam uma vez mais, a importância do investimento nas maternidades Daniel de Matos e Bissaya Barreto, em pessoal, equipamento e valorização das infraestruturas;
 - Disse que se regozijavam com o cumprimento dos Contratos de 2019 com as Juntas de Freguesia de maioria CDU, embora houvesse informações de atrasos em algumas freguesias;
 - Terminou afirmando que estavam confiantes na palavra dada de cumprimento dos contratos referentes a 2020, assim como dos demais compromissos, convictos que estavam a estimular a capacidade de realização das Juntas de Freguesia por ser um elemento central da vida da democracia.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CDU): [\(áudio 02:31 a 02:33 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que o Presidente tinha ali expressado de forma extensa e assertiva as suas preocupações políticas e sociais, no âmbito do combate à pandemia, alertando, e bem, para a necessidade de defesa da liberdade, da cidadania e da democracia, e acrescentando, dos Direitos dos trabalhadores. Era precisamente naquele capítulo que vinha ali denunciar uma situação que devia merecer a melhor atenção por parte do Executivo Municipal, relativo à prática laboral da empresa ICA (Indústria e Comércio Alimentar S.A.) a quem tinha sido adjudicado o fornecimento de refeições escolares, quer aos jardins de infância e escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, da responsabilidade da Câmara, quer na resposta de emergência, no âmbito da pandemia, aos alunos mais carenciados. Aquela empresa tinha uma prática laboral profundamente negativa, não revelando o mínimo de responsabilidade social perante os seus trabalhadores, explorando a situação de precariedade em que a própria empresa os colocava. Com efeito, assim que tinha sido decretada a interrupção das atividades lectivas nas escolas, a empresa ICA tinha suspenso os contratos a prazo, enviando as trabalhadoras para o desemprego, deixando-as sem qualquer apoio. Para além disso aquela empresa tinha por prática suspender os contratos das trabalhadoras nos períodos de interrupção das atividades lectivas do Natal e da Páscoa. Assim, seria recomendável que, em concursos futuros para fornecimento de refeições que, aliás, defendiam deveriam acabar, dando lugar à confeção das refeições nas respetivas Escolas/Agrupamentos, mas a haver os ditos concursos, que fosse incluída uma cláusula de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, como critério do concurso, de modo a evitar práticas de exploração desenfreada e desumana e de falta de sensibilidade social e desrespeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as, por parte daquele tipo de empresas.

Intervenção da deputada municipal Paula Alves (PSD): [\(áudio 02:34 a 02:39 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por informar que o SARS-CoV2 tinha sido quase capaz de adiar a própria democracia, tal como era exemplo o adiamento daquela Assembleia Municipal, cujas competências de acompanhamento e fiscalização do executivo, se tornaram aparentemente menos prioritárias, face a uma necessidade imperiosa de isolamento e contenção da pandemia;
- Aquele assunto, o da pandemia, particularmente durante o período de emergência decretado pelo Governo, pela relevância de que se revestia, levava-nos a recordar a todos a acção, ou antes a omissão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

daquele Executivo: quando todos, quer os que suspenderam as suas vidas e sacrificaram os seus negócios, quer os que trabalhavam incansavelmente nos hospitais, esperavam uma resposta célere e organizada da Autarquia, face à ameaça da infeção, que ganhava terreno a cada dia, apenas tinham visto uma sucessão de funestos acontecimentos. Viram a recusa, por exemplo, da utilização de meios digitais para garantir o exercício democrático a vereadores, nas reuniões do Executivo camarário. Uma recusa obstinada e cega, que os tinha deixado com um desânimo profundo, pela evidência da mediocridade e da incapacidade de agarrar a adversidade dos tempos, com a criatividade e o conhecimento de que dispomos. Viram anúncios, pré-anúncios e re-anúncios, de postos de rastreio da infeção, cuja abertura tardiamente concretizada, tinha acabado por os deixar atónitos, pela inoperacionalidade e a óbvia falta de reação do executivo. Dizia-se, cidade fora, que os reagentes adquiridos por Coimbra, para os testes da COVID, tinham ficado retidos algures em Espanha, quando tentavam a travessia até à nossa cidade;

- Entretanto, acompanhavam nas notícias a acção de autarquias proactivas, que redobravam esforços pela comunidade, rastreando a população, procurando os idosos das diferentes IPSS e Lares, seguindo os dados produzidos a cada momento e a eles reagindo com medidas assertivas e oportunas. Gaia, Porto, Guimarães, eram apenas alguns exemplos da capacidade organizativa e de resposta social à pandemia, de autarquias;
- Disse que o Executivo tinha perdido a possibilidade desenhar uma estratégia segura, mas ousada, capaz de envolver a população, os inúmeros quadros existentes na cidade, numa governança de colaboração, bem liderada e consistente. Valeram-lhes os profissionais das diversas instituições de saúde da cidade que, com poucas orientações superiores, tinham desenhado estratégias de combate e superação, seguidas de forma exemplar e que mantiveram as populações confiantes. Não ficaria nada mal ao Executivo lembrar-se daquele sector tão importante da cidade e assinalar, de forma clara e formal, o seu reconhecimento;
- Mais disse que depois daqueles tempos, novos tempos viriam, e tinham todos consciência que a fragilidade evidenciada pela Autarquia, de gestão socialista, dificilmente conseguiria acompanhar as novas necessidades, necessidades de uma grande fatia da população, a braços com situações de penosidade financeira, de desequilíbrio familiar, de solidão agravada dos mais velhos e de um sentimento de medo latente, medo do vírus, medo do presente e principalmente medo do futuro;
- Disse que queriam conhecer a nova estratégia para os sem-abrigo que se arrastavam pela Cidade; queriam conhecer a estratégia para os pequenos comerciantes, para as pequenas empresas, que tinham mantido Coimbra no mapa; queriam conhecer a estratégia para o fortalecimento do ensino na comunidade; queriam conhecer como se estavam a sinalizar as novas bolsas de pobreza, como se reconheciam os novos perfis de carência que se somavam e engrossavam aos já existentes, e que desfaleciam e desanimavam diariamente, na procura individual de soluções;
- Terminou afirmando que sabiam reconhecer, até ali naquela reunião, indivíduos muitíssimo capacitados para ajudar, assim aquele Executivo tivesse a capacidade de os reconhecer, de os envolver e com eles permitir que Coimbra não só seguisse em frente, como surgisse mais forte, mais robusta, e com um futuro brilhante.

Intervenção do deputado municipal Luís Silva (PS): [\(áudio 02:40 a 02:45 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que os tempos que viviam traziam consigo um debate essencial, que tinha dominado o mundo e por momentos tinha chegado a eclipsar a pandemia de COVID-19 na discussão pública;
- Informou que era cada vez mais difícil ignorar o tema do racismo ou manterem-se confortáveis, desprezando um problema evidente e um combate que tinha de ser travado por todos. Começando nos Estados Unidos da América, tinha-se alastrado a praticamente todo o globo um conjunto de manifestações e exigências por mais igualdade racial e menos casos de discriminação. Todos tinham de contribuir para um mundo mais justo, que tratasse todos por igual e todos tinham de activamente trabalhar para uma forma diferente de estruturar a sociedade. Em Portugal também havia racismo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Nem podiam omiti-lo. Se havia partidos com propostas racistas, se havia manifestações, discursos e frases racistas, então por cá também tinham racismo;
- Disse que o combate ao racismo era um combate prático. Tinham de melhorar a vida das pessoas de forma concreta. Deixarem-se de simbolismos e pseudo-soluções, que serviam mais para auto congratulação dos ativistas de sofá do que serviam para mudar a vida das pessoas para melhor. Um caso evidente daquele fenómeno tinha sido o vandalismo contra estátuas e monumentos;
 - Informou que o consenso, que devia ser estrondoso, à volta do movimento Black Lives Matter, era minado pelo extremismo. Parecia que havia no ser humano uma necessidade de fundamentalismo, mesmo em assuntos consensuais e que os deviam unir a todos. Era óbvio que existiam estátuas que não deviam ser ou continuar erguidas, por representarem uma forma de celebrar valores errados, desactualizados e ofensivos, mas era igualmente errado julgar com padrões e valores de hoje pessoas que tinha vivido há séculos atrás. Em Coimbra, tinha sido vandalizado o busto do fundador dos escuteiros, Baden Powell. Aquele era celebrado pelo papel na criação dos escuteiros, não pelas posições políticas que tinha tido e nas quais, não se revia;
 - Mais informou que tal como Winston Churchill, o fundador dos escuteiros e o seu busto em Coimbra tinha sido apanhado no meio daquela revolta coletiva, sem grande razão, alvo de uma franja fundamentalista e depois, claro, a contra-reacção, dos que podendo concordar com o essencial em causa anti-racista, se começavam a focar naquelas diversões;
 - Terminou afirmando que aquele era um problema real do mundo e também de Portugal por isso, votaria a favor.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS): [\(áudio 02:46 a 02:48 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que, presentemente, tinham o Partido Socialista de Coimbra, a defender a valorização do Hospital dos Covões na Assembleia Municipal, através da sua reativação como era no passado, como Hospital Central e autonomia, através da apresentação de uma Moção. Na Moção atacavam o ex-presidente do Conselho de Administração, a ARS e pediam à Ministra para resolver o assunto. O próprio Presidente da Câmara acabava de dizer que era pela defesa da sua autonomia e valorização, e que criticava todos os que defendiam o contrário;
- Terminou afirmando que, presentemente também o recém indigitado Presidente do Conselho de Administração, nomeado pelo Governo, dizia o seguinte: "*Novo presidente do CHUC mantém o rumo em relação aos Covões*". Seria que eles não se conheciam todos? Seria que não eram do mesmo partido? Seria que a Ministra não tinha sido cabeça de lista pelo Partido Socialista de Coimbra e antes, não tinha sido administradora hospitalar local? Alguém os podia ajudar a perceber aquilo.

Intervenção do deputado municipal José Dias (PS): [\(áudio 02:48 a 02:51 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que o ponto que iria expor deveria ter sido debatido conjuntamente com o voto de congratulação sobre a da retirada do amianto nas escolas, mas como não tinha sido debatido, estava ali para dar resposta a quem tinha criticado aquela Moção, porque continha uma posição que não valorizava apenas o trabalho que o Partido Socialista tinha feito, e que tinha feito através da ANMP e da Assembleia da República. Tinha sido uma luta de todos e por isso, entendiam que todas as forças partidárias deveriam estar de acordo com a retirada do amianto das escolas públicas do concelho;
- Terminou salientado que a Assembleia Municipal, tinha deliberado, aquele voto de congratulação, era um voto para valorizar o caminho a seguir e que tinha sido defendido pelas comunidades escolares e não apenas com a conotação do Partido Socialista, mas sim de todas as forças políticas, estando em causa 60 milhões de euros dos Fundos Comunitários e muito trabalho de recolha por parte daquelas comunidades escolares. – **ANEXO 3**

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal;

- Propôs que fossem discutidos em conjunto os pontos 2 e 3, sendo que, as votações, seriam feitas em separado.
- 2. Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2019, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- a) Relatório de Gestão e Documentos;
 - b) Aplicação de resultados;
 - c) Inventário/Património Imóvel Municipal 2019;
3. Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2019, *apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;*
- a) Relatório de Gestão e Documentos;
 - b) Aplicação de Resultados;

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 02:53 a 02:56 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que longe iam os tempos em que as contas que eram apresentadas àquela Assembleia Municipal, continham um "chorrilho" de reservas do Revisor Oficial de Contas, reservas, plasmadas nos seus documentos de Certificação Legal de Contas. Do que agora liam e se podia ler era que, os princípios, as normas e procedimentos contabilísticos eram observados e a informação deles constante, era coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não havendo incorreções materiais. Por aquele facto o auditor externo, referia com inequívoca clareza, que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de Execução Orçamental e demais documentos, incluindo a proposta de aplicação de resultados, se encontravam em condições de ser aprovados;
- Mais informou que a oposição sabia, para seu desalento, que a receita corrente tinha aumentado cerca de 5 milhões de euros, o que correspondia a cerca de 92,44% da sua execução global e que a execução global da despesa atingia quase 70%. Sabia também, que a prioridade assumida pela Câmara, tinha sido o investimento nas pessoas, nas funções sociais, cuja despesa correspondia a 56% da despesa total executada e, ainda assim, verificava-se um resultado líquido do exercício positivo de cerca de 1.200.000 mil euros. As dívidas a terceiros, tinham diminuído cerca de 4 milhões de euros e o passivo herdado, tinha voltado a diminuir em cerca de 14,4 milhões de euros;
- Terminou afirmando que a Câmara, tinha cumprido com todos os limites legais de endividamento, o prazo médio de pagamento a fornecedores, sendo inferior a 60 dias e não tinha pagamentos em atraso e, porque não queriam densificar com números a sua intervenção, para com toda a segurança concluirmos, sem hesitação que o PS aprovava as Contas de Gestão do ano de 2019.

Intervenção da deputada municipal Carolina Patricio (PSD): [\(áudio 02:57 da 2ª gravação a 02:02 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que através de uma análise mais atenta verificavam que, ao longo dos anos, tinha ocorrido uma deterioração significativa dos Resultados Operacionais. Tinham sido negativos em mais de 2 milhões, em 2018 e, em 2019, aquela situação negativa tinha piorado para mais de 4 milhões e meio;
- Reactivamente ao Resultado Líquido positivo tão celebrado, disse estar refém dos resultados financeiros, nomeadamente de uma renda pela concessão de infraestruturas à E.D.P., que representava 3,5 milhões, em 2019 e que era contabilizado como Resultados Financeiros, porque, não fosse o efeito daquela transferência, estariam perante um Resultado Líquido do Exercício negativo, não só em 2019, como também em anos anteriores;
- Informou que assim, perante aqueles valores, como podiam afirmar, com tanta certeza como fazia o Partido Socialista, que a situação financeira era sólida e robusta? Os Resultados Líquidos positivos não eram um exclusivo do Partido Socialista, aquela tendência já se verificava havia pelo menos 10-15 anos.
- Mais informou que atendendo a 2019, parecia que a pregação do Executivo se dirige aos feitos na área social. Aquela questão era muito cara para o PSD por isso, gostavam que fosse feita uma discriminação da afetação pelas suas diversas rúbricas;
- Afirmou que onde o Município não tinha aplicado o seu dinheiro tinha sido nos "novos" contratos interadministrativos celebrados com as juntas de freguesia relativos a novas obras inscritos em sede de orçamento para 2019, pelo que verificavam a taxa de execução tinha sido de 0%;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse que resultados igualmente exíguos tinham ocorrido no investimento. A execução do Plano Plurianual de Investimentos para 2019, com um valor aprovado de aproximadamente 34 milhões de euros nas GOP e Orçamento tinha uma execução financeira, de apenas 7 milhões e 757 mil euros. As consequências estavam à vista de todos: empobrecimento do tecido empresarial, a fuga das elites, quebra acentuada da população, panorama deprimente no comércio, infraestruturas estratégicas encerradas, como o aeródromo Bissaya Barreto, incapacidade de influência nacional, a desvalorização da marca Coimbra;
- Terminou dizendo que se poderia afirmar que os Resultados Líquidos positivos seriam importantes naquele tempo de incerteza económica e social gerada pela pandemia, mas, sempre tinha ouvido dizer que “*quem vai para o mar avia-se em terra*” e iam para aquele mar de bolsos com dinheiro, mas não tinham canas para pescar o peixe.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 03:02 a 03:07 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que as razões que os poderiam levar a votar contra o Relatório e Contas teria de ser uma conta mal apresentada ou incorrecção manifesta na sua elaboração. Em tais casos assumiriam as suas responsabilidades, denunciando e vetando as contas; Não sendo aquele o caso, entendia que todos deviam olhar aqueles documentos como aquilo que, na prática, eram. A demonstração do que aquele Executivo era, ou não, capaz de fazer quanto às políticas a que se tinha comprometido;
- Mais informou que dos documentos que tinham, relativos a 2019, e atendendo que a Covid19, a pandemia, não era reactiva, daqueles documentos, extrai-se que para um total de despesas facturadas nas GOP's, em face da dotação definida, a realização resumiu-se a 57%. Quanto à despesa paga, a realização tinha atingido 56%. Tais dados permitiam dizer com toda a certeza que assistiam a uma reduzidíssima taxa e execução face ao planeado para 2019;
- Disse que daquilo resultava a relevância da exigência da CDU, vertida no orçamento para aquele ano, obrigando o Executivo a, até ao fim de 2020, ressarcir as juntas de freguesia da totalidade dos atrasos acumulados no seu financiamento. Aquela avaliação seria feita no fim do ano e na apreciação do próximo e decidiria os seus posicionamentos;
- Por último, disse que ainda que o que já tinha afirmando fosse suficiente para dar conta da insatisfação da CDU quanto às políticas que vinham sendo desenhadas e executadas pelo Executivo de maioria PS, existia uma outra questão que confirmava o sentido de abstenção crítica sobre aqueles documentos. Na certificação legal de contas o ROC apontava um conjunto de reservas cujo teor, ainda que parecesse não relevar para uma eventual viciação de contas, deixava em aberto a necessidade de clarificação de movimentos financeiros não refletidos nos documentos, algo que, ao que era referido pelo ROC, já se repetia há alguns anos. Referiam-se à não contabilização e espelhamento nas contas do inventário de bens imóveis e de um elevado montante de obras já concluídas;
- Terminou afirmando que, já que nos documentos não existia qualquer justificação para os reparos suscitados pelo ROC, exigia-se, que ali, fosse dada uma explicação cabal pelo Executivo.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 03:08 a 03:15 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que a apreciação do Relatório de Gestão do município era um ato de avaliação, essencialmente, política, e naquele parâmetro o Executivo Municipal chumbava de forma clara;
- Mais informou que aquando do debate e votação das GOP tinham alertado para o sistemático desfazamento entre o orçamentado e o realizado, mais uma vez se confirmava o ditado popular: “*muita parra pouca uva*”. Era o mínimo que se podia dizer quando de um orçamento de 129 milhões se executavam 87,7 (68%). Inflacionavam-se receitas e inscreviam-se projectos para alimentar parangonas de jornal, que geravam expectativas e pariavam uma mão cheia de nada;
- Para ilustrar o que afirmava, pediu que se detivessem em alguns exemplos significativos, nomeadamente: No capítulo das *despesas aquisição de bens de capital*, que de grosso modo correspondia a investimentos e obras, de 28 milhões inscritos, tinham-se realizado menos de 7,7 milhões; no total das despesas de capital de 40 milhões, a execução ficou-se pelos 15 milhões; na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- descentralização e apoio às freguesias que, tinha servido de moeda de troca para a viabilização do Orçamento chumbado em Dezembro e depois aprovado em Janeiro, mediante compromisso político assumido pelo Executivo de aumentar as transferências para as freguesas até 10%. A dotação orçamental tinha sido de 6,1 milhões muito longe dos 10% e, ainda assim, apenas tinham sido executados pouco mais de metade, 3,4 milhões; nos Contratos interadministrativos de 1,9 milhões, apenas tinham sido executados pouco mais de 689 mil, referindo que as transferências de capital para as freguesias tinham sido as segundas mais baixas dos últimos 6 anos, por isso, muito dificilmente se chegaria à meta do compromisso dos 10% do orçamento; o Planeamento, Reabilitação e Qualificação Urbana, dos 30,6 milhões orçamentados, a execução tinha ficado abaixo de metade (48,8%); No programa de Reabilitação Urbana, uma taxa de execução de apenas 21%, da dotação de 4,8 milhões apenas tinha sido executado 1 milhão; No programa Proteção Civil de 279 mil euros, apenas tinham sido executados 18 mil (6,4%); para equipamento básico de 67 mil euros, tinham sido executados 6 mil; na aquisição e manutenção de máquinas e viaturas, de 433 mil euros, apenas 41 mil tinham sido executados; na intervenção em faixas de gestão de combustível, de 293 mil euros orçamentados, apenas tinham sido executados 34 mil; contratos interadministrativos com as freguesias para gestão de faixas de combustível, estavam todas a zeros;
- Disse que deixava dois pequenos apontamentos que, embora de montantes reduzidos, eram para o CpC significativos da visão política daquele Executivo: Apoio a pessoas em situação de sem-abrigo que apenas mereceriam, pouco mais de 2 mil euros paliativos, de uns já exíguos 9 mil euros orçamentados; no ambiente, espaços verdes, o propalado plano de arborização da Câmara Municipal que, por pressão do CpC, tinha sido evocado, mas nunca apresentado, aparecia-lhes materializado na plantação de 274 árvores;
 - Relativamente à Prestação de Contas dos SMTUC 2019, informou que infelizmente os indicadores não eram animadores. Registavam positivamente o esforço de modernização da frota com a aquisição de autocarros elétricos e o alargamento da oferta a novas zonas do concelho; saudavam a generalização do transporte escolar e do passe estudante que, juntamente como os passes sociais, teria contribuído para um ligeiro aumento de passageiros, mas não se descortinava qualquer plano estruturado para a alteração do sistemático défice dos SMTUC que obrigava à transferência de mais de 7 milhões de euros de subsídio à exploração;
 - Terminou afirmando que todos os partidos se deveriam unir na reivindicação ao Estado Central de um subsídio à exploração, à semelhança do que acontecia com a Carris, em Lisboa e com os STCP do Porto, favorecendo, a nível nacional, uma lógica de incentivo e apoio à mobilidade urbana e a um ambiente sustentável.

Intervenção do deputado municipal Carlos Silva (SC): [\(áudio 03:15 a 03:18 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Relativamente ao Relatório de Contas da Câmara Municipal disse terem algumas dúvidas quanto aos resultados operacionais que eram negativos, em mais de 2 milhões de euros, perguntando se já se sabia qual o impacto do descongelamento das carreiras no Orçamento;
- Disse que gostaria de ver aquelas despesas discriminadas, porque, somando as despesas com pessoal e as aquisições de serviços, o valor obtido era superior ao orçamento, lembrando que se tinha falado em 45% para as funções sociais;
- Mais disse que em 2019, no quadro dos contratos interadministrativos com as juntas de freguesia os valores estavam a zero, o que era bastante preocupante;
- Relativamente ao Relatório de Contas dos SMTUC disse que, reconhecia o esforço de modernização e de eletrificação da sua frota, mas ainda assim considerava-a insuficiente. Os resultados obtidos no exercício de 2019, comprovavam-no;
- Congratulavam-se com o alargamento do serviço à zona sul, com o aumento dos transportes especiais e a disponibilização de serviços ocasionais, como tinha sido o caso do serviço gratuito criado para responder às noites na época da queima das fitas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou que, em 2019 se tinha desperdiçado a oportunidade criada, com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros para reestruturar os serviços oferecidos e alargar a rede a todo o Concelho;
- Terminou afirmando que o transporte público tinha de responder primeiramente à sua função social, pelo que o SC não defendia um princípio de gestão dos SMTUC assente na procura do resultado líquido positivo, mas sim pela garantia primária de um serviço equitativo e de qualidade a todo o município. Nessa linha de acção, o SC defendia uma política activa de investimento, o alargamento da rede e dos serviços, numa clara aposta de integração de serviços com os restantes operadores intermunicipais e regionais, não se revendo naquela política de degradação sucessiva dos transportes públicos, pelo que iriam votar contra.

Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS): [\(áudio 03:19 a 03:25 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Começou por informar que no ano de 2019 tinha sido, para os SMTUC, um ano marcado pelo desenvolvimento, pela aposta clara da Câmara Municipal nos transportes públicos municipais, continuando o reforço da renovação da frota e na crescente descarbonização da mesma;
- Pediu para que se debruçassem sobre o relatório de gestão apresentado, no ano transato destacando: o aumento do número de passageiros transportados em 2,4% em relação a 2018, traduzindo-se num número de passageiros transportados superior a 13 milhões; assinalou a expansão da rede para a zona sul do concelho, em 2019, com a criação e entrada em funcionamento de novas linhas que serviam Assafarge, Antanhol, Palheira, Cernache, Loureiro, Almalaguês, Anaguéis, Monforte, Rio de Galinhas e Zorro; o reforço do investimento em material circulante, com a aquisição de 10 novos autocarros elétricos de nova geração, num investimento que ascendeu a 4,5 milhões de euros; a redução significativa do tarifário dos passes sociais, no âmbito do Programa PART tendo-se assistido, a um aumento exponencial da procura e utilização dos transportes públicos municipais;
- Informou que para os mais céticos ou mesmo para os críticos mais assíduos, os números verificados em 2019 falavam por si, nomeadamente: transporte de 13.257 milhões de passageiros; dispunha-se de 94 linhas regulares em funcionamento; contavam com 1.309; 451 profissionais; realização mais de 4600 horas de formação para profissionais.
- Afirmou que não podia deixar de salientar a função social do transporte público municipal porque de facto, a par de tantas outras medidas de melhoria da rede e da oferta existente, a redução dos tarifários dos passes sociais, no âmbito do PART, levado a um crescimento notável do número de utilizadores: Passe Estudante - + 21,1 %; Passes 3ª Idade e Sénior +: + 4,4 %; Passe Consigo: 6.800 beneficiários ao longo de 4 anos; Passe Escolar: + 23,6%; Passe Rede Geral: + 9,5%; Transporte Especial: + 14,9%, afirmando que pelo exposto a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Coimbra reconhecia que a estratégia prosseguida tinha sido acertada e que os resultados alcançados em 2019 tinham sido sobejamente positivos, em especial a Administração dos SMTUC, atento o notório esforço na prossecução das metas que eram já por si ambiciosas, tinha apostado e continuava a apostar no reforço das linhas de autocarros que serviam o concelho, nos equipamentos, nos recursos humanos, nos postos de venda e na promoção do transporte público como alternativa de qualidade para a mobilidade na cidade, cumprindo largamente os desígnios a que se havia proposto e, aquele sentido, impunha-se deixar ali uma palavra de incentivo ao Executivo e ao Conselho de Administração dos SMTUC, perante os quais o Partido Socialista manifestava total apoio nas opções tomadas e na forma exemplar como tinha gerido os destinos dos SMTUC, alcançando no ano de 2019 um resultado histórico nunca registado, com um resultado líquido do exercício de 2.643.352,42 Euros;
- Terminou enaltecendo a mudança existente nos transportes em Coimbra desde que o Partido Socialista conduzia os destinos do Município ,que se alimentava de uma visão clara daquilo que eram e deveriam ser os transportes públicos, sem populismos e sem demagogia, apostando na renovação da frota, mais ecológica, mais eficiente e em maior número era uma marca do Partido Socialista naquela gestão e não desejavam voltar ao calvário em que os transportes tinham vivido durante a gestão PSD/CDS/PPM, com um manifesto desinvestimento em toda a linha, demonstrando a preocupação em adequar a oferta à procura, ouvindo passageiros, mas também os trabalhadores que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

eram a alma do serviço e a eles tanto se devia igualmente aquele resultado histórico alcançado por isso, só poderiam desejar que continuassem a trilhar aquele bom caminho e que o ano de 2020, com o contexto excecional e extraordinário que se vivia em face da pandemia, se pudesse ter nos SMTUC uma referência de estabilidade e segurança para a mobilidade na cidade.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 03:25 a 03:30 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Agradeceu ao deputado municipal Pinto Ângelo por ter falado nos problemas das juntas de freguesias;
- Terminou perguntando se alguém sabia quando eram pagos os contratos interadministrativos, uma vez que tinham sido aprovados pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, tinha obras desde 2017, 2018 e 2019 por pagar, dando origem a que as empresas se recusassem a fazer trabalhos para a junta porque não tinham recebido os trabalhos anteriores, tendo apenas recebido, em 7 anos, 2.500 euros. Tinha feito a limpeza das faixas de gestão, tinha enviado o documento para o Gabinete de Apoio às Freguesias e a Câmara Municipal não transferia as verbas porque dizia que a sua junta não tinha feito o trabalho.

Intervenção do deputado municipal Vítor Parola (PS): [\(áudio 03:31 a 03:38 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que relativamente às Contas dos SMTUC parecia-lhe que não se tinha passado por uma pandemia, porque Coimbra não tinha aprendido pouco ou nada uma vez que as posturas eram exactamente exacerbadas para que se pudesse ir mais longe;
- Dirigiu-se ao deputado municipal Pedro Filipe dizendo-lhe que não era justo se manipular, naquele púlpito e que se comentasse de forma isolada e avulsa a notícia que tinha saído num, jornal sobre o Presidente do Conselho de Administração, convidando-o a ler a noticia toda;
- Terminou informando que, na freguesia de Cernache existiam cerca de 30 famílias com graves problemas financeiros e que com a extensão dos transportes públicos dos SMTUC àquela Freguesia vinha proporcionar algum desafio financeiro.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal;

- Dirigiu-se ao deputado municipal José Simão, Presidente da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas informando-o que: Desporto em Santa Clara – Marco dos Pereiros – atribuição de 20 mil euros de apoio; Clube Futebol de Santa Clara (Pavilhão), atribuição de 50 mil euros pela Câmara Municipal; a angariação do governo mais 50 mil euros; mais 25 mil para o pavilhão do karaté e de outras actividades desportivas, pelo exposto entendia que, era altura de serem mais exatos;
- Destacou que, a Câmara Municipal durante o exercício de 2019 tinha destinado 54% dos custos para funções sociais. Em 2019 ninguém anteveria a situação difícil que tinha vindo a seguir, mas mesmo assim tinham sido aplicados dinheiros dos cofres do municipais;
- Informou que estavam em curso operações financiadas por Fundos Europeus, que envolviam um investimento total, adjudicado de 57.228 euros. Mantinham-se, como tinha ali tinha sido dito de forma transversa, continuava a decorrer o reforço de renovação da frota dos SMTUC, preparando-os com equipamentos tecnologicamente avançada e ambientalmente saudáveis, com eficiência energética de poupança, que num ano, em cerca de 400 mil km percorridos pelos 10 autocarros tinham gerado uma poupança, na ordem das 500 toneladas de carbono. Era certo que tinha algum financiamento comunitário, mas não era razoável, nem eficiente. O apoio comunitário, cifrava-se na comparticipação de 47%, o restante era suportado pelo Município, capacitando a frota com aquilo que era também expectável, articuladamente, com a Metro Mondego de modo a conseguir conjugar e articular as carreiras, capacitando assim a frota municipal, para satisfazer as necessidades conhecidas e de futuro;
- Mais informou que, com qualquer pessoa séria constataria, que o Executivo se vinha debatendo com questões da falta de transportes para as localidades de Larça, Mata de S. Pedro, S. Silvestre, S. João do Campo, mas, num estado de direito, havia regras a cumprir e as regras eram que as Autoridades de Transportes tinham níveis de responsabilidades e de atribuições específicas, os alvarás eram para respeitar e por aquele facto não tinha que haver sofismas, não sendo aceitável que se enganassem as pessoas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Quanto ao superavit gerado disse que, se propunha a aplicação dos resultados, que eram conhecidos desde a anterior Assembleia Municipal, onde tinha sido distribuída toda a documentação e iriam continuar a granjear dinheiro para suportar situações extraordinárias como a que se estavam a viver e, para se prepararem para se candidatarem a Fundos Europeus do Programa final de Portugal 2020, que propiciava para operações que tivessem maturidade de desenvolvimento do projecto. Era aquela a estratégia da aplicação dos resultados, apuradas que fosse aquela conta de gerência;
- Terminou elogiando todos aqueles que tinham colaborado na elaboração daqueles documentos, era importante saber que a Câmara Municipal tivesse boa fama, concluindo afirmando saber que havia coisas que precisavam de ser melhoradas.

Deliberação nº 15/2020

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor, (PS), 19 contra, (8 - PSD; 4 - SC; 3 - CDS-PP; 2 - CpC; 1 - MPT; 1 - PPM), e 4 abstenções (CDU), nos termos da alínea l), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 8 de Junho:

- **Aprovar o Relatório de Gestão** e os documentos de **Prestação de Contas de 2019** relativos ao Município de Coimbra, elaborados nos termos definidos no POCAL, de acordo com a Resolução nº 4/2001 - 2ª Secção - Instruções nº 1/2001 do Tribunal de Contas com as alterações introduzidas pela Resolução nº 26/2013 de 21 de Novembro, Resolução nº 3/2016, de 13 Dezembro, Resolução nº 7/2018 e Resolução nº 3/2019, "Prestação de Contas relativas ao ano de 2019 e gerências partidas de 2020", no cumprimento do disposto na alínea i) do nº 1 do Artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
- **Aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício**, que se cifra em **1.167.657,39€** (um milhão, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e sete euros e trinta e nove cêntimos) da seguinte forma:
- **Transferência da conta 881 - "Resultado Líquido do Exercício"** para a conta **551 - "Reservas Legais"** o valor de **58.382,87€** (cinquenta e oito mil, trezentos e oitenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos);
 - **Transferência da conta 881 - "Resultado Líquido do Exercício"** para a conta **561 - "Resultados Transitados de períodos anteriores"** o valor de **1.109.274,52€** (um milhão, cento e nove mil, duzentos e setenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos).
- **Aprovar o Inventário/Património Imóvel Municipal 2019.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

- 4. Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2019, apreciação e votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
- Relatório de Gestão e Documentos;**
 - Aplicação de Resultados.**

Deliberação nº 16/2020

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor, (23 - PS; 4 - CDU), 5 contra (4 - SC; 1 - PPM) e 12 abstenções, (6 - PSD; 3 - CDS; 2 - CpC; 1 - MPT), nos termos da alínea l), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 8 de Junho:

- **Aprovar o Relatório de Gestão** e os **Documentos de Prestação de Contas de 2019** relativos aos **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)**, elaborados nos termos definidos no POCAL, de acordo com a Resolução nº 3/2019 - 2ª Secção do Tribunal de Contas de 19/12/2019, publicada no Diário da República, II Série, nº 16, de 23 de Janeiro de 2020, sobre a Prestação de Contas relativas ao ano de 2019 e gerências partidas de 2020, e atento o disposto na Resolução nº 2/09 - 2ª Secção do Tribunal de Contas de 3 de Dezembro de 2009, publicada como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Resolução n.º 27/2009 no Diário da República, II Série, n.º 240, de 14 de Dezembro de 2009, sobre a prestação de contas por via eletrónica. Lei n.º 75/2013 e Lei 1-A/2020, de 19/03/2020;

- **Aprovar** a proposta que seja levado e mantido na **conta 59 - Resultados Transitados dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC)**, o resultado líquido positivo **apurado no exercício de 2019** no montante de **2.643.352,42€** (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois euros e quarenta e dois cêntimos), considerando o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na sua redação actual, que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, designadamente o disposto no n.º 2, do artigo 16.º que pretende garantir a intangibilidade dos Fundos Próprios dos Serviços Municipalizados quando estes apuram resultados negativos e transferir para os Municípios os respetivos excedentes quando são apurados lucros, e considerando que o Balanço dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) apresenta nos Fundos Próprios a conta de resultados transitados com um saldo negativo de valor muito elevado decorrente de não terem sido cobertos pelo orçamento municipal os resultados negativos apurados em diversos exercícios anteriores.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

- 5. Concessão da parcela de terreno e de prédio urbano para reabilitação da Piscina Municipal de Celas e construção, concessão e exploração do Centro Desportivo Integrado de Celas/Contrapartida reabilitação do edificado do Campo Municipal da Arregaça, apreciação e votação, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;**

Declaração de voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 03:55 a 03:57 minutos – 3.ª gravação\)](#)

- Informou que, a CDU iria votar contra aquela proposta pelo facto de aquela concessão não se encontrar cabalmente esclarecida, parecendo-lhes totalmente descabido a concessão por 40 anos daquela parcela de terreno e do prédio urbano, tendo em consideração que uma das contrapartidas era a requalificação do terreno da Arregaça que estava avaliada pelos próprios serviços municipais, não estando devidamente esclarecido a sua utilidade.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 03:58 da 3.ª gravação a 04:18 minutos – 4.ª gravação\)](#)

- Informou que a não reabilitação das Piscinas de Celas, um equipamento municipal ao serviço da população, Clubes e Associações, vinha atestar a incapacidade do Executivo, porque que estava a ser proposto à consideração daquela Assembleia Municipal era uma descarada parceria público privada municipal, que se inseria numa lógica mercantilista neoliberal que visava favorecer interesses privados em detrimento dos interesses públicos dos munícipes, afirmando que de forma clara, que por uma questão de princípio: a requalificação, reabilitação ou construção de equipamentos municipais de índole desportiva, cultural ou outra era da responsabilidade da Câmara;
- Informou ainda que a lógica de poupar no investimento e ainda garantir à partida o equivalente a uma renda de 2.500 euros mensais, durante 40 anos, prazo da concessão do Centro Desportivo Integrado de Celas, correspondente à contrapartida de requalificação do Campo da Arregaça, era errada. A Câmara Municipal não só abdicava de exercer o controlo direto, assegurando uma gestão pública eficiente que servisse os cidadãos, os Clubes e as Associações, como entregava a gestão do equipamento a uma lógica empresarial privada que, inevitavelmente faria repercutir sobre os utentes os custos da construção do Centro e da requalificação do Campo da Arregaça, estimada em 1,2 milhões de euros;
- Terminou informando que pelo exposto votariam contra, exigindo que a Câmara Municipal cumprisse as suas obrigações e reabilitasse, ela própria, as Piscinas de Celas, o mais rapidamente possível.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (CpC): [\(áudio 01:06 a 02:52 minutos – 4.ª gravação\)](#)

- Informou que, aquele ponto tinha o mesmo enquadramento, que tinha tido o Complexo Desportivo Integrado do Vale das Flores e, simultaneamente, o Complexo Olímpico, na mesma zona. Os princípios que tinham presidido à parceria que tinha sido elaborada, eram os mesmos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

fundamentavam aquela nova estrutura daquele equipamento, com a vantagem de permitir o investimento de 1,2 milhões daquela parceira no Campo do União, tendo como compromisso, um prazo idêntico àquele que detinha a exigência da construção do Centro Integrado em Celas e da reabilitação das Piscinas Municipais de Celas.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS): [\(áudio 03:33 a 05:41 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que o CDS, por princípio, era favorável à iniciativa privada, mas, com regras. Defendiam uma cidade e um país onde o interesse das pessoas estivesse em primeiro lugar. Não aceitavam que, para alguns, fossem mais importantes os dogmas ideológicos ou a necessidade de agradar a terceiros;
- No entanto, disse que após leitura do documento ressaltaram-lhes algumas dúvidas, no que dizia respeito ao projeto de exploração do Centro Desportivo Integrado de Celas, principalmente por não conhecerem se a Câmara Municipal, por exemplo, iria garantir junto do futuro concessionário o acesso da comunidade em geral mantendo o objetivo central daquele tipo de equipamentos, nomeadamente a equidade no acesso ao serviço público, a promoção e desenvolvimento da democracia política, social, cultural e económica e a promoção do desenvolvimento e competitividade local;
- Mais disse que as piscinas municipais eram parte integrante dos serviços prestados pelas Câmaras Municipais e, tinham tido uma evolução contínua no âmbito das políticas públicas, cuja finalidade não se prendia na geração de lucro. Segundo um estudo académico as piscinas, não eram, pelos valores praticados, autossustentáveis financeiramente, subsistiam, através da situação financeira geral da Câmara e respetivo apoio, ainda que aquela não fosse a situação ideal;
- Terminou dizendo que o CDS solicitava assim, esclarecimentos às questões apresentadas.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 06:08 a 12:02 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Comunicou que o “*mono*” que estava em Celas, tinha de facto a sua história, apesar de estar cheio de ervas, não cumpria nenhuma função social, não servia nada nem ninguém e era suposto ter alguma solução. Entendia que, numa política municipal discutida, deveria ter em conta aquelas situações, mas o entendimento da Câmara Municipal era colocar aquele espaço nas mãos dos privados, embora o entendimento do PSD fosse vender. A solução da Câmara Municipal tinha sido uma solução híbrida um pouco à semelhança do Complexo de Ginástica do Vale das Flores;
- Disse que e, uma vez que não constava no programa, gostariam de ver descritas duas questões: as implicações do ponto de vista desportivo e social evidentes e a componente vocacional daquele investimento, numa zona altamente povoada, como era o caso de Santo António dos Olivais;
- Terminou informando que, aguardariam a chegada à Assembleia Municipal, do resultado daquele concurso e reservavam para aquela data a sua posição final e por aquela razão, iriam abster-se.

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal;

- Começou por agradecer todas as intervenções que tinham sido feitas, porque lhe possibilitava responder às expectativas colocadas;
- Informou que relativamente à *Piscinas de Celas*, quando a Câmara Municipal tomou a responsabilidade daquele espaço desportivo, estava encerrado havia quase uma década, tinham conseguido pô-la a funcionar, embora por vezes com vicissitudes que tinham obrigado ao seu encerramento por uns dias para repor as condições, entretanto tinha surgido a Tempestade Leslie que tinha afectado àquele equipamento, mas após a avaliação dos peritos todo o equipamento de suporte ao seu funcionamento, estava em fim de vida, não havendo condições para reabri-la sobre pena de criar problemas de saúde pública;
- Mais informou que encontrar soluções de investimento para reabri-la, como era sabido, era difícil, o financiamento do Portugal 2020 para equipamentos desportivos era zero, nem as autarquias, nem os privados tinham conseguido financiamentos para aqueles equipamentos e aqueles que existiam era através do IPDJ e não tinham dimensão para uma despesa daquela natureza. A solução e o objectivo a encontrar era que o serviço público fosse prestado e era por aquela via que encontraram os meios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- necessários para que os serviços públicos fossem prestados, aliás, não era uma questão ideológica, era transversal a todo o país;
- Disse que, o funcionamento da Piscina de Celas, não era gratuito e era gerido pela Câmara Municipal, qualquer cidadão pagava a sua taxa para a utilizar, assim como os clubes da área da formação, portanto, não havia qualquer gratuitidade na sua utilização;
 - Informou que, obviamente toda a componente social que se iria colocar de compromissos que a própria Câmara Municipal tinha relativamente às escolas e aos clubes eram para cumprir e para satisfazer, mesmo com a gestão empresarial. Aquela seria a condição que iria estar no caderno de encargos e no programa de concurso;
 - Disse estar de acordo com a proposta do deputado municipal Nuno Freitas, que o caderno de encargos e programa de concurso não fossem tão limitativos;
 - Terminou afirmando que, aquela era uma solução justa, não poderia ser de outra forma, relativamente às necessidades financeiras para execução de uma obra daquele tipo em que a contrapartida era, a reabilitação do Campo Municipal da Arregaça, do casario e a reabilitação de todo o espaço envolvente. Era a solução possível, justa e não tinha qualquer dúvida que iria servir e bem, aquela zona da cidade e de quem utilizasse o Campo Municipal da Arregaça.

Intervenção do deputado municipal Carlos Silva (SC): [\(áudio 19:55 a 22:42 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que, a Câmara Municipal lhes estava a propôr um surpreendente processo de privatização das Piscinas de Celas e dos terrenos adjacentes, durante de 40 anos, sem que tivesse havido um prévio debate sobre alternativas possíveis na comunidade;
- Disse que o Executivo tinha aprovado o estudo prévio efectuado, mas os dados que lhes tinham sido presentes, consideravam-nos, um claro benefício aos privados, com prejuízo do interesse público, por conseguinte, aquela piscina deixaria de poder ser apelidada de municipal durante 40 anos, passando a ser uma piscina exclusivamente privada, deixando aquele ónus para as gerações futuras;
- Mais disse que, deveria ficar bem claro que, a preocupação do SC não era a natureza pública/privada daqueles equipamentos, mas sim, a definição das regras para a sua utilização pública, naquela medida entendiam que a proposta apresentada carecia de um caderno de encargos, devidamente justificado, inserido na política municipal para o desporto e actividade física;
- Informou que, lamentavelmente, continuava a não haver uma Carta Desportiva do concelho que pudesse enquadrar devidamente aquela proposta e a razão era simples, a Câmara Municipal, não tinha uma política desportiva, limitando-se a decisões avulsas, como o apoio aos clubes;
- Perguntou para quando o Centro de Treino Alto Rendimento Desportivo Universitário de Natação em Coimbra? Porquê a inércia da Câmara Municipal e as absurdas dificuldades do processo? Quais seriam as implicações nas restantes piscinas da cidade;
- Terminou afirmando que, no caderno de encargos deveriam ser assumidos valores mínimos do serviço público incluindo, cláusulas dedicadas às escolas, desporto escolar e sector social.

Deliberação nº 17/2020

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 24 votos a favor, (23 – PS; 1 PSD), 14 votos contra (5 – CDU; 5 – SC; 2 – CpC; 1 – MPT; 1 – PPM) e 10 abstenções (7 – PSD; 3 – CDS) e sob proposta da Câmara Municipal datada de 8 de Junho, aprovar, a concessão da parcela de terreno e de prédio urbano para reabilitação da Piscina Municipal de Celas e construção, concessão e exploração do Centro Desportivo Integrado de Celas/Contrapartida reabilitação do edificado do Campo Municipal da Arregaça, nos termos da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 25:46 a 26:42 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que tinham vivido tempo suficiente para concluir que, o preconceito ideológico era uma mentira como outra qualquer, não havia preconceito ideológico, havia sim, ideologia. O que estava em causa, e tinha sido por aquele facto que tinham votado contra, era a possibilidade de se ter numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

área altamente populosa e um equipamento que lá tinha lugar, a possibilidade de todos os cidadãos terem acesso àquilo que era de todos;

→ Terminou afirmando que a CDU considerava imoral perpetuar por 40 anos uma posse pública daquele sítio, porque o que estava em causa, não era a sua geração, era a geração seguinte que teriam de se entender com a negação de terem acesso aquele equipamento.

6. Aquisição dos terrenos necessários à Construção do Estádio Municipal de Taveiro – “Herança de Isabel Maria de Castro Filipe Martins Norton”, apreciação e votação, nos termos da alínea p), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 27:22 a 34:19 minutos – 4ª gravação\)](#)

→ Disse que a propósito das notícias relativas ao acordo que a Câmara Municipal teria realizado com o proprietário do terreno onde estava localizado o campo de futebol Sérgio Conceição em Taveiro, tinham sido proferidos um conjunto de comentários que, no mínimo, pecavam por inverdades e omissões, nomeadamente: Contrariamente ao propalado, o “acordo” que tinha permitido a construção pela Câmara Municipal do referido estádio, não tinha sido nem poderia ser verbal; a utilização daqueles terrenos tinha sido, objeto de Protocolo escrito, assinado pelas partes em 22.04.2002 e, previamente aprovado em reunião de Câmara Municipal, por unanimidade, conforme Deliberação nº 387/2002 de 15.04.2002; O referido Protocolo abrangia a cedência e utilização de “*uma parcela de terreno do prédio, com 68.850m², com a área de 21.700m² para os fins indicados na cláusula, podendo a Câmara Municipal entrar na sua posse a partir da data da assinatura*”;

→ Informou que aqueles terrenos eram destinados “*à construção de equipamentos de uso colectivo e desportivo, designadamente uma piscina, campo de futebol e espaços verdes, a integrar o domínio público/privado do Município*”, tendo, portanto, um âmbito mais vasto que a construção de um estádio, porque aquele mesmo protocolo estabelecia ainda que, a Câmara Municipal aceitava definir uma unidade operativa no PDM, ficando 2º outorgante de mandar elaborar estudos para o Plano de Pormenor e unidade operativa, “*sujeito a acompanhamento técnico por parte da Autarquia*”, para “*sua adopção para posterior aprovação pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal*”;

→ Informou que após a aprovação e publicação do Plano de Pormenor e recebido na Câmara Municipal “*o projeto de loteamento corretamente instruído esta compromete-se a aprovar e promover a emissão do respetivo alvará de loteamento no prazo de 12 meses*”. Aquele era o único prazo expressamente estabelecido;

→ Quanto à “*área cedida será contabilizada para efeitos de determinação, da capacidade construtiva da área remanescente do terreno*” e “*a integração da área de cedência no domínio público/privado do Município, ocorrerá aquando da emissão do alvará de loteamento, sem prejuízo do disposto na cláusula 3ª, a ocupação e posse da mesma, a partir da data de assinatura do protocolo, para a realização do objetivo definido*”;

→ Em relação às obrigações do município nomeadamente, ao “*Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro*”, disse que importava igualmente repor com rigor, corrigir e completar o que tinha sido omitido, porque na verdade era falso e tendencioso querer insinuar que a Câmara Municipal nada teria feito até 2010, pois, a Câmara Municipal tinha aprovado a elaboração do *Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro*, em 11.11.2002 e o respetivo programa, dando início à audição de interessados, nos termos legais, conforme, Deliberação de 4357/2002 de 11.11.2002, tomada, por unanimidade, assim como, também, por unanimidade, tinha sido aprovada em 08.11.2004 “*a proposta de “Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro*”, com envio da mesmo à CCDRC/DRAOT para parecer, após audição das entidades envolvidas, após o qual se tinham seguido as fases de consulta, de concertação e de introdução de ajustes, depois de introduzidas as alterações, no sentido de dar resposta às observações recolhidas, o processo teve de aguardar o parecer final da DRAOT e da CCDRC;

→ Afirmou que o Plano de Pormenor da Zona Desportiva de Taveiro tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal de Coimbra, em 29 de Junho de 2010 e publicado no Diário da República, em 3 de Dezembro de 2010, desconhecendo-se se tinha sido apresentada proposta de loteamento, o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

poderia ter formalmente ocorrido a partir daquela data, e, embora se julgasse que tal não tinha ocorrido, constatava-se que entre 3 de Dezembro de 2010 e o momento atual, ou seja, durante quase 10 anos, pouco ou nada se teria sido feito;

- Terminou dizendo que, gostaria de deixar ao Presidente da Mesa uma cópia do Plano de Pormenor por entender que era uma informação suficientemente forte e importante para que não votassem aquela matéria.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 35:12 a 37:20 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que teriam de começar por assumir que o Estádio Sérgio Conceição tinha sido uma má opção de há 17 anos, quando teria sido possível e oportuno investir na requalificação do Estádio Universitário, mas importava que daquela vez as coisas fossem bem feitas, nomeadamente que: a Câmara, ao comprar a parcela desanexada, devia também denunciar o protocolo firmado com os proprietários, sob pena de um eventual futuro loteamento ficar por sua vez embrulhado em contradições de áreas; devia ser esclarecido como ficava a situação do terreno que, no protocolo assinado, estava previsto ser cedido para ampliação do Mercado Abastecedor; o Estádio Sérgio Conceição devia ser programado como peça importante da política desportiva do Município e não apenas como espaço sobrance para ir instalando “coisas”;
- Terminou afirmando que os cidadãos e os clubes desportivos deviam ter dias e horas reservados para a prática desportiva federada e informal.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 37:37 a 37:41 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Pediu que a Câmara Municipal esclarecesse as dúvidas que ali tinham sido suscitadas.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal;

- Começou por informar que, nos princípios de 2002/2003 a Câmara Municipal tinha precisado de construir um estádio municipal. Tinha escolhido a sua localização em Taveiro;
- Disse que, tinha ali sido afirmado que, a Câmara Municipal era proprietária do terreno. Não era, nem nunca tinha sido. Não queria questionar como é que a Câmara Municipal tinha feito um investimento de obra pública num terreno de um particular. A Câmara Municipal tinha-se comprometido, mediante protocolo, ao tempo, totalmente válido, mas que tinha caducado. O terreno tinha sido protocolado, em 2002/2003, mas até 2011, não havia Plano de Pormenor: Tinham avançado com o Plano de Pormenor, que tinha sido aprovado em 2001. A Câmara Municipal tinha-se comprometido em diversas componentes, mas com a evolução legislativa, com os instrumento de urbanismo, o Plano Director Municipal não estava suficientemente protegido;
- Informou que, entretanto, o proprietários do terreno tinham entrado em insolvência, quer familiar, quer pessoal, quer da própria herança. Tinha-se como certo que, em 2002/2003, a Câmara Municipal tinha feito um acordo, que até à presente data não tinha conseguido cumprir. Naquele acordo, os proprietários teriam de apresentar à Câmara Municipal o projecto de loteamento, mas não tinham conseguido. A Câmara Municipal, não tinha cumprido, mas tinha construído o estádio municipal no terreno da família Norton;
- Informou que a única forma de resolver aquela questão era a Câmara Municipal avaliar o terreno que efectivamente ocupou e que a família Norton, ou a massa falida, continuava a pagar o IMI, porque a Câmara não tinha honrado o compromisso de 2004, 2003 ou 2002 ou quando tinha decidido fazer um investimento público de construir um estádio num terreno particular. Não questionava como é que a Câmara Municipal tinha feito aquele investimento, era apenas uma solução escorreita, não insidiosa para resolver aquela situação;
- Terminou informando que, tinham sido chamadas as partes ao seu gabinete, tinham dito que sim e o que ali trazia de forma honrada, era uma solução que tinha sido feita com os cuidados necessários para não levantar ali, nenhuma afronta, nem insígnia, como estava a ser feito ali por algumas tribunas, que era a insinuação inaceitável que raiava a ofensa pessoal. Não admitia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Defesa da honra do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): [\(áudio 46:17 a 49:00 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou o Presidente da Câmara Municipal que, nos termos legais, o terreno não poderia passar para a posse do domínio público da Câmara Municipal, como acontecia com qualquer cedência, porque, só após a aprovação do Plano de Pormenor e do loteamento e poderia passar para o domínio público/privado, e era só por aquele motivo que o terreno continuava no domínio privado, mas o protocolo tinha sido assinado com uma deliberação de Câmara, que tinha dado logo posse directa a partir da sua assinatura, era conferível e todos poderiam consultá-la;
- Terminou afirmando que, se estava a pagar um terreno, por 650 mil euros, a um privado, e entendia que não se deveria pagar aquela quantia por um terreno que tinha sido cedido à Câmara Municipal, com o dinheiro dos contribuintes. Não havia ali nenhuma insígnia.

Deliberação nº 18/2020

A Assembleia Municipal deliberou por *maioria*, com 21 votos a favor, (PS), 14 votos contra (8 – PSD; 5 – SC 1 – MPT) e 10 abstenções (5 – CDU; 3 – CDS; 2 – CpC), e sob proposta da Câmara Municipal datada de 7 de Abril, *aprovar, a Aquisição dos terrenos necessários à Construção do Estádio Municipal de Taveiro – “Herança de Isabel Maria de Castro Filipe Martins Norton”, nos termos da alínea i), do nº 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 51:11 a 51:22 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que o Partido Socialista tinha votado a favor daquela aquisição porque de outra forma não haveria solução por parte da Câmara Municipal de solucionar o problema.

7. Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências 2018 a 2021 – Alteração do valor da obra “Alargamento da Rua Senhor dos Aflitos em Rio de Galinhas – Almalaguês”, contratualizada com a Freguesia de Almalaguês, apreciação e votação, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;

Deliberação nº 19/2020

A Assembleia Municipal deliberou por *unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 23 de Março, *aprovar, o acréscimo no valor de 52.444,52€*, (cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos) **do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências 2018 a 2021 – Alteração do valor da obra “Alargamento da Rua Senhor dos Aflitos em Rio de Galinhas – Almalaguês, contratualizada com a Freguesia de Almalaguês, passando a totalizar o valor de 117.816,52€**, (cento e dezassete mil, oitocentos e dezasseis euros e cinquenta e dois cêntimos) nos termos da alínea k), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

8. Mapa de Pessoal 2020 – Alteração - apreciação e votação, nos termos da alínea o), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 52:48 a 54:17 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que era para todos evidente que aquele “engordar” do peso da máquina era inevitável com a transferência de competências, sobretudo da Educação;
- Terminou afirmando que com um aumento de cerca de 25% com despesas de pessoal, num orçamento em que aquelas já consumiam um terço, acendiam-se duas luzes vermelhas: a 1ª – estariam asseguradas as devidas transferências de financiamento para cobrir aquele aumento exponencial de despesa; a 2ª - precisamente sobre eficácia disse serem defensores dos serviços públicos, com trabalhadores de qualidade e com estabilidade, com uma gestão empenhada na eficácia e eficiência daqueles serviços, mas com uma máquina tão pesada, não corriam o risco de que se trabalhasse apenas para manutenção própria? Com tanto pessoal para gerir, haveria capacidade para produzir? Não teriam reforçada a tendência de aumento das despesas correntes e diminuição das despesas de capital.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Carlos Silva (SC): [\(áudio 54:50 a 57:12 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que há semelhança dos mapas anteriores, a 1ª alteração do Mapa de Pessoal 2020, da Câmara Municipal, mantinha o sentido de contratação de mais funcionários e do aumento de custos com recursos humanos e continuava a ser submetido à aprovação do Executivo e da Assembleia Municipal, sem ser acompanhada de uma fundamentação cabal justificativa;
- Disse que, a Coligação PS/PCP que governava a Câmara era confrangedoramente incapaz de apresentar um relatório relativo aos recursos humanos, com a descrição razoavelmente detalhada, da situação, constrangimentos, produtividade, necessidades decorrentes do trabalho de cada departamento e a justificação de cada novo posto de trabalho proposto;
- Mais disse que, uma gestão rigorosa e criteriosa de recursos humanos, pagos com o dinheiros de todos os municípios, exigia relatórios com adequada informação, avaliação e fundamentação;
- Terminou afirmando que, sem contabilizar descentralização da educação, a despesa anual com pessoal, iria aumentar mais 1 milhão de euros devido à contratação de mais 74 funcionários, passando o quadro para 1.796 postos de trabalho, verificando-se, no entanto, gabinetes sem trabalhadores, nomeadamente, o Gabinete de Auditoria Interna e o Gabinete de Apoio às Freguesias.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 57:20 a 57:58 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que a transferência e o acréscimo de pessoal originado pela transferência das responsabilidades ao da nível da educação ainda não tinha sido acompanhado com o devido financiamento. Tinham-no dito antecipadamente e mantinha-se e por isso, não poderiam votar favoravelmente.

Deliberação nº 20/2020

A Assembleia Municipal deliberou, *por maioria*, com 21 votos a favor, (PS), 5 votos contra (SC) e 18 abstenções, (8 – PSD; 5 – CDU; 2 – CDS; 2 – CpC; 1 - MPT, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 22 de Junho, *aprovar*, o **Mapa de Pessoal de 2020 – Primeira alteração**, da Câmara Municipal de Coimbra, nos termos da alínea o), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

9. Mapa de Fluxos de Caixa de 2019 e incorporação do Saldo da Gerência de 2019, no Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra de 2020 – votação, nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Deliberação nº 21/2020

A Assembleia Municipal deliberou, *por unanimidade*, e sob proposta da Câmara Municipal datada de 22 de Junho, *aprovar*, a **Fixação de taxas dos bilhetes de ingresso no Centro de Arte Contemporânea de Coimbra**, nos termos da alínea b), do nº 1, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, conjugada com os nºs 1 e 2, do artigo 20º, da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

10. Projectos das actas nºs 4/2019 de 27/09/2019; nº 5 de 27/12/2019; nº 1 de 20/01/2020 (extra); e nº 1 de 28/02/2020

Deliberação nº 22/2020

A Assembleia Municipal deliberou, *por unanimidade*, *aprovar*, as **actas nºs 4/2019 de 27/09/2019; nº 5 de 27/12/2019; nº 1 de 20/01/2020 (extra); e nº 1 de 28/02/2020.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ANEXOS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ANEXO I

MOÇÃO

EM DEFESA DO HOSPITAL GERAL CENTRAL DOS COVÕES

Considerando que:

1. *O Hospital Geral Central dos Covões (ex-Hospital Sanatório da Colónia Portuguesa do Brasil desde 1935; ex-Unidade de Saúde Coimbra Sul, abrangendo 2 Centros de Saúde de Coimbra, 9 concelhos limítrofes de Coimbra e sendo Hospital Central de referência para os Hospitais de Figueira da Foz, Leiria e Pombal; Hospital de referência internacional, nomeadamente na cooperação com os Países da CPLP; Centro de Referência em várias áreas, nomeadamente na Cardiologia de Intervenção Estrutural) tem demonstrado:*
 - 1.1. *A sua mais-valia técnico-científica, estrutural e geoestratégica em cuidados de saúde especializados, inquestionável perante as Ciências da Saúde, a Inovação e o Desenvolvimento, para Coimbra, CIM da Região de Coimbra e Região Centro;*
2. *A destruição das suas valiosas componentes orgânicas de serviços e competências (nomeadamente os Serviços de Neurologia, Neurocirurgia, Doenças Infecciosas, Gastrenterologia, Otorrinolaringologia e Urologia, e mais recentemente, o encerramento do Serviço (enfermaria) de Cardiologia do Hospital dos Covões e o seu Laboratório de Hemodinâmica que ainda apoia os doentes do Serviço de Cirurgia Cardiotorácica e do Serviço de Cirurgia Vascular dos HUC), e da Unidade de Cuidados Intensivos Coronários, além da publicamente anunciada transferência do Serviço de Pneumologia do HG para os HUC, da redução da enfermaria de Cirurgia para 10 camas, da desqualificação do Serviço de Urgência Polivalente para Serviço de Urgência Básica e da ameaça permanente sobre o Serviço de Cuidados Intensivos), tem levado a:*
 - 2.1. *Elevado prejuízo para os doentes da sua área de referência, principalmente na redução da acessibilidade a consultas e cirurgias em tempo útil, no agravamento dos tempos de espera e com consequências até fatais para a vida das pessoas, e com custos económicos acrescidos para a população que sofre e precisa de cuidados, bem como a clara desmotivação dos profissionais de saúde deslocados e impedidos do exercício da sua rotina profissional qualificada em espaço adequado, rigor técnico e bem-estar individual para sucesso da sua intervenção técnica;*
3. *A população de Coimbra e da Região tem demonstrado o seu apego e reconhecimento ao Hospital Geral Central dos Covões, em simultâneo com a sua indignação e revolta pela limitação do direito à saúde dos cidadãos e suas condicionantes em universalidade e qualidade de cuidados, de que são últimos exemplos o Cordão Solidário pelo Hospital Geral Central dos Covões, realizado em 09.06.20, com cerca de 2.000 pessoas, e a Concentração na Praça da República, em 18.06.20, em Defesa do Hospital dos Covões, organizada pelo Movimento de Utentes dos Serviços Públicos, com cerca de 300 pessoas, a par de posições institucionais de:*
 - 3.1. *Estruturas representativas da comunidade como órgãos autárquicos (Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Uniões e Juntas de Freguesia), partidos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

políticos, movimentos organizados de cidadãos, bem como de posições individuais de médicos e outros profissionais de saúde de reconhecido mérito e graduação académica e profissional nas mais diversas especialidades em medicina e saúde, líderes comunitários e doentes com gratidão pelo serviço de saúde obtido;

A Assembleia Municipal de Coimbra decide:

- 1. Manifestar a determinação na defesa do Serviço Nacional de Saúde (onde se destacam os ideais de saúde e o papel de António Arnaut), conjuntamente com as estruturas representativas institucionais da cidade e a democracia participativa da sociedade civil fundamentada em preceitos de direitos humanos (ações da população, de trabalhadores de todos os sectores do SNS, de sindicatos representativos dos profissionais de saúde, da SRC da Ordem dos Médicos), a favor da preservação do Hospital Geral Central dos Covões;*
- 2. Manifestar repúdio pela acção de Administrações do CHUC cessantes, que têm demonstrado irreduzibilidade no desmantelamento e destruição de serviços de referência, e delapidação de recursos organizativos em saúde, bem estruturados, de resultados de sucesso e de renome nacional e internacional, prejudicando Coimbra e a sua imagem de topo na área da saúde e serviços, contra a cidade e contra o direito à saúde universal, colocando em causa o processo de fusão hospitalar e exigindo um Plano Estratégico Funcional à nova Administração do CHUC que respeite e considere o Hospital Geral Central dos Covões como estrutura de referência que sempre foi e de primordial importância;*
- 3. Demonstrar o seu desagrado à ARS Centro, por se demitir das suas responsabilidades regionais em saúde e ausência de defesa da saúde dos cidadãos, sem percepção do argumentário técnico e político, nomeadamente expresso pelos órgãos autárquicos; de que é prova a desvalorização do Serviço de Urgência para Serviço de Urgência Básica no Hospital dos Covões, em que seria predominante o atendimento aos utentes por médicos indiferenciados contratados por empresas exteriores ao SNS;*
- 4. Requerer à Ministra da Saúde para, definitivamente, resolver o problema criado pelos sucessivos CA do CHUC, no que diz respeito à concepção do Hospital Geral Central dos Covões posto em causa, revogando a instabilidade paulatinamente criada; e ser ainda o garante da qualidade dos serviços de saúde em Coimbra, preservando o Hospital Geral Central dos Covões (reabilitando capacidade e competência que desde sempre lhe são reconhecidas), a par dos Hospitais da Universidade de Coimbra, com autonomia e independência, como estruturas paritárias na rede de saúde da região, inseridas num Plano geral e funcional, que concilie os aspetos técnicos de saúde com os aspetos políticos de defesa dos interesses dos cidadãos;*
- 5. Reiterar a posição já expressa unanimemente pela cidade, quanto à criação mais do que urgente da nova Maternidade em Coimbra, e que a Assembleia Municipal de Coimbra entendeu maioritariamente ser mais adequada no espaço físico do Hospital Geral Central dos Covões, o que reforça a importância do investimento na sua valorização;*
- 6. Manifestar o reconhecimento e gratidão aos profissionais de saúde, pelo empenho, dedicação e competência no combate à COVID-19, com destaque para o serviço*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

centralizado prestado no Hospital Geral Central dos Covões, cujos resultados muito positivos assumiram particular relevância em Coimbra, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e na Região Centro no seu todo;

- 7. Louvar a posição da CIM da Região de Coimbra que destacou a importância estratégica do Hospital Geral Central dos Covões, e reforçou a qualidade e resiliência desta infraestrutura e dos seus profissionais durante a pandemia da COVID-19, afirmando-se como expoente da saúde, em acessibilidade e qualidade.*
- 8. Recomendar à Câmara Municipal de Coimbra que, em continuidade com a posição de defesa do Hospital Geral Central dos Covões que lhe é reconhecida, accione os procedimentos tidos por convenientes na esfera da sua competência, incluindo a melhoria dos acessos rodoviários ao Hospital Geral Central dos Covões respeitando o determinado pelo PDM, e demonstrando a vontade da Cidade de incluir esta estrutura na sua rede principal de saúde.*

→ Disse que, no entanto, urgia, clarificar alguns princípios e desfazer mitos, do ponto de vista do Partido Socialista, informando que:

- 1. O seu objectivo, como conhecedores dos problemas de saúde das populações, das regras de acesso aos serviços públicos de saúde, das necessidades dos serviços para satisfação dos utentes no seu atendimento e prestação de qualidade do serviço, do direito à saúde consignado na Constituição, era “defender os doentes”, fragilizados perante a doença e muitos com recursos económicos escassos, rede de apoio familiar e social débil, não estigmatizando, não discriminando os doentes no direito à saúde;*
- 2. O Hospital Geral Central dos Covões, que estava a ser destruído e também queriam “defender”, tinha sido um Hospital qualificado, humanista, porto de abrigo e salvação, e tinha grande potencial em espaço físico e meio envolvente para crescer;*
- 3. A defesa do Hospital Geral Central dos Covões “não era um ataque aos HUC”, como grande Hospital Central, desde as suas instalações no Largo D. Dinis, às actuais instalações na Quinta de S. Jerónimo, e que tinha prestado um serviço de qualidade técnica e científica às populações de grande exigência, rigor e precisão, além do ensino a gerações sucessivas, perturbado pela crescente procura em função da capacidade diagnóstica e terapêutica também acrescida, e pela excessiva concentração de serviços que gerava listas de espera médica e cirúrgica para desespero dos doentes, mal-estar dos profissionais e perda de humanidade na prestação de serviços de saúde e na relação médico-doente e profissional de saúde doente;*
- 4. O Hospital Geral Central dos Covões era essencial para a descentralização e o desenvolvimento regional, sendo determinante para a CIM da Região de Coimbra e Região Centro, na correlação entre a saúde e a economia, no equilíbrio entre o cenário ecológico em macro perspectiva da saúde e o combate às alterações climáticas, na articulação entre o SNS mais justo e inclusivo e a resposta necessária ao desafio demográfico, às desigualdades e à promoção da coesão social;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

→ Teceu ainda alguns comentários, quanto à Moção do PSD, cujo título "*O Desinvestimento e a Destruição do SNS têm um Responsável: O Partido Socialista*", nomeadamente:

- 1. Não questionava o direito à sua apresentação, mas permitia-lhe questionar sobre a ética que tinha presidido ao abandono do diálogo inter-forças políticas e a metodologia seguida, destilando mal-estar quando recebeu correção, educação e respeito;*
- 2. O título e conteúdo da Moção eram esclarecedores, quanto ao preconceito primário anti-socialista trazendo-lhes o Estado Novo como triste memória, quando aquele se referia aos comunistas, socialistas, revolucionários, elementos subversivos e outros epítetos, como se fossem atrozess criaturas, que até davam injeções atrás da orelha e comiam criancinhas ao pequeno almoço;*
- 3. Considerava-se melindrado pessoalmente e ofendido politicamente, quando se afirmava que a saúde de Coimbra estava entregue ao "pior do socialismo português", anátema mais grave até que o título da Moção, esquecendo que a questão da organização hospitalar em Portugal, actualmente reflectida, tinha tido início no governo da troika, e que mais do que o socialismo, o que os deveria preocupar era a crescente disseminação e mobilização de ideário e práticas de teor antidemocrático e coartador da liberdade;*
- 4. Compreendiam que se estava na rentrée política do PSD para a desejada conquista da Câmara Municipal de Coimbra, mas os fins não justificavam os meios, pois prejudicavam a cidade, e prejudicavam a população, atacando a Câmara Municipal de Coimbra, na sua Moção que tinha uma Estratégia Municipal de Saúde e um Plano Municipal de Saúde, em democracia participativa e construção sólida não panfletária.*
- 5. Não podia falar em nome de outrem, mas tinha o direito de acreditar que Rui Rio e Maló de Abreu, que respeitava, não se identificariam com a forma e o conteúdo da Moção, do PSD ou de interesse inconfessáveis;*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ANEXO 2

RECOMENDAÇÃO

Agendamento de debate sobre o contexto de resposta à pandemia COVID19

Na atual conjuntura de crise global causada pela pandemia da Covid-19, os Municípios desempenham papel fundamental na definição de estratégias globais e concertadas que, a nível autárquico, deem respostas à diversidade de problemas dos cidadãos e da cidade. Entende o CpC que a crise não suspendeu a democracia, a transparência e a prestação de contas, pelo que chegou o momento desta Assembleia Municipal tomar conhecimento das medidas tomadas e ser envolvida na discussão das medidas a tomar.

Assim, recomendamos ao Senhor Presidente desta Assembleia Municipal que na próxima reunião ordinária:

1. *Agende como ponto da ordem de trabalhos a resposta Municipal perante o contexto da COVID 19*
2. *Solicite ao Senhor Presidente da Câmara, para debate nesta Assembleia:*
 - *relatório sobre o conjunto das medidas tomadas no âmbito do plano de emergência;*
 - *plano de intervenção futuro, na eventualidade de uma segunda vaga da epidemia;*
 - *medidas de intervenção social e económica, para apoiar os setores da população frágeis e relançar a atividade económica;*
 - *medidas de apoio ao relançamento e revitalização das atividades socioeconómicas do concelho.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ANEXO 3

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELA REMOÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO AMIANTO NOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES

No passado dia 23 de junho de 2020 foi dado um passo significativo na requalificação da escola pública, tendo sido identificadas 8 escolas do concelho de Coimbra que serão intervencionadas com o intuito de remover e substituir materiais contendo amianto, no âmbito de um protocolo assinado entre o Governo Constitucional de Portugal e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.

Motivo de grande preocupação por parte das comunidades escolares, nomeadamente dos alunos, encarregados de educação, professores e técnicos, mas igualmente de diversas organizações da sociedade civil, a erradicação do amianto das escolas figurou-se como uma das principais prioridades políticas locais e nacionais para a promoção da saúde pública ao longo dos anos, concretizada agora nesta operação conjunta de Governo e Municípios, orçamentada num total de 60 milhões de euros de fundos comunitários.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária, congratula-se pela intervenção de remoção e substituição de amianto dos seguintes 8 equipamentos escolares do concelho de Coimbra:

- 1 Escola Básica de Brasfemes;
2. Escola Básica de Ceira;
3. Escola Básica da Solum;
4. Escola Básica de Trouxemil;
5. Escola Básica Eugénio de Castro;
6. Escola Básica n.º 2 de São Silvestre;
7. Escola Básica n.º 2 de Taveiro;
8. Escola Secundária Jaime Cortesão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ANEXO 4

MOÇÃO

O DESINVESTIMENTO E A DESTRUIÇÃO DO SNS DE COIMBRA TÊM UM RESPONSÁVEL:

O PARTIDO SOCIALISTA

Coimbra assiste, com profunda tristeza, ao dismantelamento progressivo do melhor exemplo de Serviço Nacional de Saúde do País, e à perda irreparável do estatuto de Capital de Saúde que foi construído por gerações sucessivas de profissionais de saúde e por uma Escola Médica de referência internacional.

A pandemia que nos assola veio demonstrar, à saciedade, a periferia técnica e assistencial de Coimbra, apesar do abnegado esforço das equipas locais dos cuidados primários, dos cuidados hospitalares e da saúde pública. Cumpre expressar a nossa gratidão, mas não podemos calar o grito de revolta de milhares de profissionais e doentes que, legitimamente, esperam muito mais do poder político e de quem decide.

Neste tempo sério de epidemia global, entendemos não participar no triste espetáculo político — com anos de repetição — dos vários protagonistas socialistas no poder. Da Câmara Municipal, à Administração do CHUC, à direcção da ARS-Centro e ao Ministério da Saúde todos são socialistas na cadeia de decisão política.

A Saúde de Coimbra está entregue ao pior do socialismo português com manifesta descoordenação técnica e política, desinvestimento continuado no SNS e desqualificação gradual de todos os centros de maior inovação e ganhos de saúde para a população. Temos de dizer basta!

Deste modo, a Assembleia Municipal de Coimbra apresenta um voto de protesto nacional sobre a gestão socialista da Saúde de Coimbra:

1. O PS é responsável pelo maior desinvestimento de sempre no Serviço Nacional de Saúde de Coimbra
 - a. Insuficiência recorrente de meios financeiros próprios para o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, desde logo no capital estatutário nunca totalmente realizado, desde a sua criação pela Ministra socialista Ana Jorge (2010);
 - b. Ausência de qualquer investimento significativo na estrutura hospitalar de Coimbra nos últimos 4 anos, designadamente a não concretização de:
 - i. Ampliação da Urgência do CHUC com financiamento garantido pelo Centr02020;
 - ii. Construção da nova Unidade de Queimados e Doente Crítico anunciada pelo Ministro socialista Adalberto Campo Fernandes; iii. Construção da nova Maternidade de Coimbra anunciada pelo Ministro socialista Adalberto Campo Fernandes e pela Ministra socialista Marta Temido;
 - iv. Ampliação do IPO de Coimbra anunciada pelo Ministro socialista Adalberto Campo Fernandes;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- v. Reforço do SU do Hospital dos Covões e nova ala de Pneumologia já prevista;
 - vi. Construção do silo de estacionamento acordado com SUCH homologado pelo Ministro socialista Adalberto Campo Fernandes;
 - vii. Aquisição de equipamentos tecnológicos inovadores e substituição de equipamentos relevantes como os 2 aceleradores lineares, nomeadamente para Imagiologia, Medicina Nuclear, Medicina Intensiva, Cardiologia, Cirurgia, Oftalmologia, Gastroenterologia, Pneumologia, Pediatria, Urologia e Transplantação;
2. O PS desqualificou gravemente o Hospital dos Covões
- a. Não executou a nova ala de Pneumologia com projecto aprovado e financiamento garantido há 3 anos;
 - b. Encerrou o mais diferenciado Centro de Cardiologia, com prestígio e referência clínica nacional e internacional;
 - c. Retirou os postos de colheita de análises, diminuiu enfermarias e a actividade médico-cirúrgica regular em praticamente todas as especialidades;
 - d. Desgraduou o Serviço de Urgência para o nível mais básico;
 - e. Desarticulou as respostas de saúde a nível regional, com claro prejuízo para a referência para Coimbra em favor de outros centros hospitalares noutros distritos;
3. O PS não tem qualquer projecto coerente e consistente para a Saúde de Coimbra
- a. A resposta à epidemia COVID-19 demonstrou um fraco nível de prontidão e articulação institucional, com resultados sofríveis em termos de saúde pública traduzidas no atraso diagnóstico dos testes, na elevada transmissão em sub-grupos vulneráveis e numa mortalidade significativa a nível local e regional;
 - b. Nunca existiu qualquer plano estratégico discutido com os profissionais de saúde e com a população sobre a fusão hospitalar do CHUC;
 - c. A recente nomeação de uma nova Administração do CHUC sem qualquer Professor da FMUC — caso só existente no passado em pleno Estado Novo — revela total dessintonia com a Universidade de Coimbra e com os Centros de I&D essenciais à diferenciação e internacionalização dessa estrutura hospitalar;
 - d. A ausência de um Plano Municipal de Saúde — apesar das competências transferidas para os Municípios — e a falta crónica de iniciativa em relação aos Cuidados de Saúde Primários — com destaque para o inacreditável processo do Centro de Saúde da Fernão de Magalhães;
 - e. A descoordenação e oposição entre diversas linhas políticas do PS é patente em várias intervenções públicas de responsáveis políticos sobre matérias de Saúde, com claro menosprezo pelo Estado de Direito, nomeadamente entre os autarcas locais e os dirigentes nomeados pelo Ministério da Saúde, tanto para o CHUC como para a ARS-Centro, com um silêncio atávico e ensurdecido da Ministra Marta Temido, cabeça de lista do PS pelo círculo eleitoral de Coimbra, que objectivamente defende a distritalização das respostas de saúde de Coimbra;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O presente voto de protesto será publicitado nos anúncios pagos do Município de Coimbra nos órgãos de comunicação social para conhecimento cabal da população.

